



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
ARACY ROZA SAMPAIO PEREIRA

FONTES DOCUMENTAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
DISTRITO FEDERAL (1956-1960).

Brasília - DF

2011

ARACY ROZA SAMPAIO PEREIRA

FONTES DOCUMENTAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
DISTRITO FEDERAL (1956-1960).

Monografia apresentada junto ao
curso de Pedagogia da Universidade de Brasília,
na área de concentração em História da Educação,
como requisito parcial à obtenção do título de Licenciada.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Ramos Coêlho Filho

Brasília - DF

2011

ARACY ROZA SAMPAIO PEREIRA

FONTES DOCUMENTAIS DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO
DISTRITO FEDERAL (1956-1960).

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Ramos Coêlho Filho

Universidade de Brasília

Prof^a. Dr^a. Eva Waisros Pereira

Universidade de Brasília

Prof. Dr. José Luiz Villar Mella

Universidade de Brasília

SUPLENTE

Prof. Dr. Álvaro Sebastião Teixeira Ribeiro

Universidade de Brasília

Brasília, 10 de Agosto de 2011

À memória, viva e esquecida, de todos aqueles que
viveram suas vidas, sonhos, ideais e relações,
permeados de amor e compaixão, fazendo de suas
trajetórias um presente eterno de feliz recordar.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer a Deus, aos átomos e as energias boas que rodeiam o universo.

À minha família que muito amo e muito me ensina todos os dias, em especial minha mãe Maria do Socorro Sampaio Martins de Barros e minha avó Aracy Arnaud Sampaio (in memorian), exemplos de Mulher baseados na coragem, afirmação e superação do gênero.

A cada amigo e amiga que ousou caminhar a meu lado: levo um pouco de vós!

Aos professores que a vida, a escola e a universidade proporcionaram, espero ter deixado bem claro o carinho e a admiração que sinto por todos os ensinamentos trocados. Em especial ao meu querido orientador Paulo Coelho e a toda sua linda família, que sempre me dedicaram muito carinho e atenção. E à minha outra querida orientadora Eva Waisros, que proporcionou o suporte e o desenvolvimento do trabalho realizado durante a graduação acadêmica, culminando na presente monografia.

Aos amores que coloriram a vida e poetisaram meu cotidiano.

E a todos os outros que passaram e passarão, sejamos passarinhos.

“Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

Rosa Luxemburgo

“Para odiar, as pessoas precisam aprender, e se elas aprendem a odiar, podem ser ensinadas a amar.”

Nelson Mandela

“Convido a você: Gostar de aprender. Relaxar. Estudar apaixonadamente. Brigar por arte, justiça, liberdade, pão e ar puro. Ter desassossego. Ter paciência. Soltar os bichos. Ter ferocidade. Cultivar a delicadeza e o afeto. Ser ético. Mandar às favas gente autoritária. Dizer mentiras de amor. Ter um saco de filó para estocar humor. Amar. Amar muito, mesmo que doa e que sangre. Amar, amar, amar e amar as pessoas. Amar demais da conta a natureza. E, se paciência e amor sobrar, amar. Infinitamente o amor, diariamente.”

Neuza Deconto (Professora Querida)

“E, se um dia hei de ser pó, cinza e nada, que seja minha noite uma alvorada, que me saiba perder pra me encontrar.”

Florbela Espanca

Resumo

Este trabalho visa contribuir para a construção da história da educação no Distrito Federal, entre os anos de 1956 a 1960. Como parte de um estudo inédito, buscou-se abordar os fundamentos que permeiam o plano educacional elaborado para Brasília pelo educador Anísio Teixeira, bem como o desenrolar dos fatos que caracterizaram o sistema de ensino no novo Distrito Federal. Para tanto, apresenta-se as fontes existentes sobre o assunto, presentes no fundo *Memória da Educação Básica Pública no Distrito Federal (MEBP-DF)* do acervo da pesquisa *Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador*, localizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília. As considerações metodológicas levam em conta o caráter exploratório da investigação e pautam-se nas tendências teórico-metodológicas da Nova História. Considera-se a importância de se debruçar sobre o estudo da história da educação de Brasília em seus primórdios, tanto para o resgate de ideias, valores e práticas necessárias às escolas contemporâneas, como para o exercício do olhar sensível ao passado, a fim de aprender e refletir com os erros e acertos que permeiam os acontecimentos do nosso passado educacional.

História da educação; História da educação de Brasília;

Resumen

Este trabajo pretende contribuir al estudio de la historia de la educación en el Distrito Federal, entre los años 1956 a 1960. Como parte de un estudio no publicado, hemos tratado de abordar los aspectos fundamentales que contextualizan el pensamiento educativo que permea el plan educativo diseñado para Brasilia, por el educador Anísio Teixeira, el curso de los acontecimientos que caracterizan el sistema educativo en el nuevo Distrito Federal, y también las fuentes existentes sobre el tema a través del Fondo para la Memoria de la Educación Básica Pública en el Distrito Federal (MEBP-DF), ubicado en la Facultad de Educación de la Universidad de Brasilia. La metodología utilizada fue la de investigación bibliográfica, y de la consulta, organización y creación de colecciones, como trabajo académico para preparar el fondo MEBP-DF, también basándose en las tendencias teóricas y metodológicas de la Nueva Historia. Considera la importancia del estudio para investigar la historia de la educación en Brasilia, en su infancia, tanto como un rescate de ideas, valores y prácticas necesarias para las escuelas contemporáneas, y también como el ejercicio de la mirada sensible al pasado para aprender y reflejar las fortalezas y debilidades que permean nuestra historia educativa.

Historia de la educación, la historia de la educación en Brasilia;

Sumário

Parte I – Delineando a Monografia: Memorial e Apresentação

Memorial.....	11
Delimitando a Monografia.....	16
Considerações Metodológicas.....	20

Parte II – Mapeando o Campo: Fontes

Fontes Documentais da História da Educação Escolar no Distrito Federal (1956 – 1964).....	26
---	----

Parte III – Configurando a Abordagem: Fundamentos

Contexto, dimensões e modalidades das histórias locais e regionais na historiografia da educação brasileira.....	35
--	----

Parte IV – Sistema Educacional do Distrito Federal: Campo de Estudos (1956-1960)

Da Fundação e dos Idealizadores.....	47
Da Educação e dos Pioneiros.....	56

Parte V - Considerações

Considerações Gerais.....	71
---------------------------	----

Referências Bibliográficas.....	73
---------------------------------	----

Parte I – Delineando a Monografia: Memorial e Apresentação

Memorial

Educar é um ato de amor. A educação deve servir para estabelecer relações de igualdade e respeito entre as pessoas. A alteridade, a solidariedade e a compaixão ao próximo devem ser exemplos e valores reconhecidos na prática dos professores. A escola, como espaço de reprodução e transformação da sociedade, deve servir à reflexão e ressignificação de conceitos, valores, atitudes e posturas sociais. O conteúdo abordado deve compreender metodologias diferenciadas, na compreensão da diversidade e subjetividade do aprendizado. As inúmeras formas de se aprender algo devem ter espaço dentro da escola, no respeito e valorização ao próximo e às experiências. O senso de justiça, direitos humanos e cuidado para consigo e com o planeta são matérias básicas e constantes do cotidiano e do fazer escolar. As trocas dialógicas e horizontais, a gestão democrática e as relações saudáveis no ambiente escolar precisam ser estimuladas e desenvolvidas constantemente. Os professores e funcionários da comunidade escolar necessitam de atenção e valorização em seus trabalhos e obrigações, sua formação e dedicação deve ser a de quem identifica no trabalho que realiza a possibilidade de construção de um mundo melhor. O olhar sobre esses trabalhadores deve ser o de quem reconhece e recompensa à altura da responsabilidade e do desempenho de suas funções. O mais importante no ensino é fazer o aluno desenvolver sua autonomia e seu próprio olhar acerca do mundo, aprendendo a se relacionar saudavelmente consigo, com o outro e com as pessoas, desenvolvendo suas habilidades e interesses pessoais e profissionais, numa formação integral e integradora, transversal, interdisciplinar e transdisciplinar, ecológica, natural, humana e, portanto, espiritual. Trabalhando também numa perspectiva de crescimento e superação, em suas dificuldades e problemas.

Antes de ser escolar e mesmo por toda a vida, a educação inicia-se e é contínua no âmbito familiar ou em sua representação. Por isso o trabalho conjunto e a participação da família, independente da forma que se estruture, é tão importante para um trabalho pedagógico efetivo, eficiente e qualificador como se propõe. O acesso e a permanência à escola devem ser garantidos pelo Estado de forma pública e gratuita, em todos os níveis e modalidades de ensino, e a todos!

Com essa garantia, investimento, suporte e acompanhamento do Estado e da família com a escola, o ensino e a infância, torna-se capaz a realização de um futuro - presente mais humano, justo, solidário, feliz, inteligente e expressivo em toda a capacidade criativa humana de Ser e Transcender.

Nasci em 11 de Setembro de 1987, em Brasília – DF, à época meus pais moravam em Salvador - BA, aonde se conheceram durante o carnaval. Minha mãe estava de visita à capital federal para conhecer minha prima Tuani que faria 1 ano no dia 12 de Setembro, e de surpresa nasci prematura de 8 meses, no dia 11 de setembro. Ávida por vida, recebi o nome das minhas duas avós, do qual muito me orgulho: Aracy, da Capitã Enfermeira do Exército, integrante da FEB (Força Expedicionária Brasileira) na Segunda Guerra Mundial; e Roza (com z mesmo), da índia simples e trabalhadora, mãe de 17 filhos e apaixonada por um descendente de português.

Quem me conhece tem meu sorriso como uma das minhas marcas registradas e minha mãe comprova com histórias e fotos essa alegria e esse sorriso que parecem vir desde a barriga. Mamãe é Maria do Socorro, psicóloga e papai é Bernardino Carlos, cabeleireiro. Viveram o casamento durante 15 anos, e a separação dos dois foi um divisor de águas também em minha vida. Com meus pais aprendo muito sobre a vida, o mundo e relacionamentos, até hoje. Com meu irmão Leonardo – 3 anos mais novo que eu, aprendo sobre o respeito, a diferença e o amor fraternal. Minha família é minha estrutura, meu referencial e as pessoas que mais amo e admiro no mundo.

A educação que tive no seio familiar foi sempre muito sensível para com os outros, o meio ambiente e o universo. Isso ajudou a desenvolver meu olhar e cuidado para com o próximo, e foi fundamental na escolha de uma profissão que tivesse um cunho social. A educação foi minha referência de transformação e superação pessoal e social.

As experiências de aprendizado que tive a partir da educação escolar foram amplas, vastas e diversificadas. O primeiro contato com escola foi em um projeto da Universidade Holística, chamado Casa do Sol. De lá, me recordo das aulas de

massagem, artes, reciclagem e música com os colegas, da natação que era feita na cachoeira e não nas duas piscinas que a escola tinha. Os animais, o parquinho, a casa de boneca, ser ensinada pelos professores a descer um paredão de grama com caixas de papelão, almoçar e lavar os pratos depois. Ter respeito e admiração com todos os funcionários da escola, exercitar o lúdico e a imaginação através de histórias, músicas e brincadeiras que fantasiavam sobre o espaço e o cotidiano escolar, que eram repletos de verde: árvores, horta, bosques, rios... a principal aula que tive sobre a vida foi quando toda a escola parou para ver um carneirinho nascer.

Em seguida fui para o ensino público e era sempre uma das melhores da turma, sendo acelerada da 1ª para a 3ª série da educação infantil. Me lembro de que achava as aulas muito enfadonhas e odiava ter de ficar repetindo o enunciado das questões para responder os questionários e as provas, achava estúpido. Na 6ª série entrei para o ensino particular e foi uma época muito típica por que meus pais estavam se separando, minha auto estima estava péssima, me sentia muito insegura e para piorar passei por bullying. Vivi situações de ter de me ajoelhar e beijar a mão de colegas da turma me desculpando por uma bolada que sem querer e sem machucar acertou uma amiga. Não sei se por inveja ou algo assim, uns dois anos antes um outro coleguinha de turma me acertava com uns tapas na cara de vez em quando e íamos parar na direção, apelidos e brincadeiras humilhantes também fizeram parte do meu cotidiano durante alguns anos escolares. Graças a Deus, a meus esforços, ao carinho e suporte de amigos e familiares fui capaz de superar isso e desfrutei de um ensino médio mais tranquilo e feliz, em duas escolas diferentes. Aprendendo a ser eu, a me posicionar e a me defender, ao mesmo tempo em que construía boas amizades.

Entrar na Universidade de Brasília era um sonho para a minha família e eu sabia que pelas condições financeiras era a alternativa que tinha. Me dediquei ao Programa de Avaliação Seriada (PAS) e quando saiu o resultado aprovada em Pedagogia minha mãe chorou de alegria, disse que foi um dos dias mais felizes da vida dela. Não foi fácil criar a mim e a meu irmão sozinha, tendo de trabalhar e nos sustentar. Quando meu pai saiu de casa eu tinha 10 anos e meu irmão 7, não foi

sempre que pudemos contar com a ajuda dele, nesse caso, minha avó e meus tios maternos foram mais presentes, financiando meus estudos e até mesmo comida para nossa casa, às vezes. Com relação a meus êxitos, só vi minha mãe tão feliz quando consegui a bolsa de estudos da Universidade de Brasília para estudar em Portugal.

O tempo que estive na Universidade de Brasília foi muito bem aproveitado. Logo que entrei no curso me identifiquei com o movimento estudantil e participei de várias gestões do Centro Acadêmico Pedagogia do Oprimido, bem como de representações e disputas eleitorais pelo Diretório Central dos Estudantes, e da ocupação da reitoria da Universidade de Brasília, ocorrida no ano de 2008. Além das disciplinas obrigatórias do curso, fiz optativas que complementaram a formação acadêmica e profissional, aprendendo a pensar, a questionar e a desenvolver habilidades e trabalhos enquanto professora: através do corpo, da música, da literatura, em uma perspectiva complexa das relações existentes na natureza, ampliando também a formação para uma educação especial inclusiva, que serviram de grande suporte à minha prática profissional. As disciplinas de modalidade livre que cursei eram do Departamento de Música, da Faculdade de Educação Física e do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, e embora complementassem a formação para uma prática pedagógica mais integradora, criativa, cinestésica e espiritual, atendiam também a meus interesses pessoais. Participei de extensão e iniciação científica através do projeto Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador, o que permitiu aprofundar os conhecimentos na área e melhorar o nível acadêmico de meus estudos e produções. Congressos, fóruns e encontros nacionais complementaram também as minhas concepções de mundo, ser humano, educação e educadores, bem como a formação acadêmica e profissional, com destaque para os Encontros Nacionais dos Estudantes de Pedagogia (ENEPE) e os Seminários Internacionais sobre educação promovidos pela Câmara dos Deputados do Congresso Nacional, em Brasília – DF.

Em 2009 me candidatei a bolsa de estudos luso-brasileira Santander nas Universidades, através da Assessoria de Assuntos Internacionais da UnB. Concorri

a Universidade do Porto que tinha apenas uma vaga e fiquei em segundo lugar. A Universidade dos Açores tinha duas vagas e um dos selecionados havia desistido, o que proporcionou a escolha dentre os melhores aprovados nas outras vagas. Na Universidade dos Açores fiz disciplinas do curso de ciências da educação, da psicologia e das letras. Ousei arriscar ir à cidade do Porto e pleitear uma vaga em sua universidade, consegui renovar o intercâmbio por mais um semestre na Universidade do Porto, aonde cursei disciplinas do curso de ciências da educação. O intercâmbio concretizou um sonho que eu tinha que era o de estudar no exterior, durou 11 meses a minha experiência e aprendi muito com tudo o que vivi na Ilha de São Miguel e na cidade do Porto, somando à possibilidade de conhecer a Escola da Ponte e de viajar pela Europa, desfrutando do aprendizado e das trocas culturais e educacionais que só a vivência pode proporcionar.

O curso de Pedagogia da Universidade de Brasília, as amizades feitas e os encontros proporcionados pela Faculdade de Educação, constituíram boa parte da mulher e profissional que sou. Bem como, da concepção de mundo, de educação e de ser humano que tenho. O interesse por política e a prática social fundamentada em um trabalho ético, crítico e dedicado, foram construídos a partir dos aprendizados com os colegas e professores com os quais tive o prazer de trocar, discutir, construir, relacionar, romper e reconciliar, formando a minha identidade e concepção profissional enquanto Pedagoga, em constante reflexão e avaliação.

Como brasiliense, não poderia deixar de mencionar a satisfação em estudar a história de Brasília e de sua educação, principalmente como integrante do projeto Educação Básica Pública no DF: Origens de um projeto inovador (1956-1964), que muito contribuiu em minha formação pessoal e acadêmica, servindo de grande inspiração, inclusive, para elaborar a presente monografia, no resgate que se caracteriza pela originalidade no estudo, pela grandeza dos ideais para Brasília e em comemoração ao cinquentenário da capital do país.

Delimitando a Monografia

O propósito deste trabalho é o de ser uma investigação exploratória, preliminar para a temática que se propõe, já que o estudo em questão representa o início de um resgate histórico, e é por esse mesmo motivo que busca apresentar as fontes existentes sobre o assunto, para que estudiosos, pesquisadores e interessados possam conhecer e desenvolver estudos e teorias sobre o passado educacional da capital do país.

Assim, a monografia trata das fontes documentais da história da educação escolar no Distrito Federal (1956-1960), retoma os estudos, em aberto, sobre o resgate da história da educação de Brasília, nos primórdios de sua configuração, tentando identificar seus projetos e transformações, seus atores, sua implantação, sua estrutura, sua organização e seu contexto. Recuperando, sobretudo, suas histórias e respectivas fontes documentais.

O estudo está vinculado e é baseado na pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”, em vigência desde o ano de 2002, na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília¹. Composta por pesquisadores, docentes e discentes, iniciou-se com o objetivo de preencher a lacuna existente sobre o estudo da história e da concepção da educação de Brasília em seus primórdios, estudo que foi iniciado pela Secretaria de Estado da Educação do Distrito Federal, mas que não teve continuidade e nem preocupação com a devida organização e preservação dos registros.

Os cinquenta anos de Brasília representam a trajetória de uma cidade já prevista para ser a capital do país e exemplo à nação, o que oportuniza a construção e a valorização de sua história tão recente. Nesse sentido, o resgate da história da educação pública no Distrito Federal, expressa a grandeza do nascimento da capital e os esforços empenhados para o seu surgimento. Muito

1 O grupo de pesquisa é coordenado pela Prof^a. Dr^a. Eva Waisros Pereira, entre os colegas docentes e discentes, com os quais também tive o prazer de trabalhar, estão: Cinira Maria Nóbrega Henriques, Francisco Heitor de Magalhães Souza, Jeanina Daher, Lúcia Maria da Franca Rocha, Maria Alexandra Rodrigues, Laura Maria Coutinho, Maria Paula de Almeida Vasconcelos, Raquel de Almeida Moraes, Renata Souza Silva, Raimundo Nonato, Pedro Mesquita de Carvalho, Lucas Nery, Clara Ranthum e Bruno Borges.

precisou acontecer para que Brasília fosse inventada, a partir de um sonho e de um ideal.

Os idealizadores do que seria a futura educação do Distrito Federal acreditavam no “propósito de abrir oportunidade para a Capital federal oferecer à nação um conjunto de escolas que pudessem constituir exemplo e demonstração para o sistema educacional do país” (Teixeira, 1961).

Conforme pondera Silva (1999), todos os esforços empenhados no início da construção de Brasília foram no sentido de “vencer a barreira dos rotineiros e convencê-los de que Brasília representava uma cunha revolucionária no interior do país e tinha de inovar em todos os setores, reformulando os arcaicos sistemas que tanto têm entravado o progresso de nossa pátria”. Portanto, a educação atenderia de forma integral: o tempo e a formação cidadã de suas crianças, através do ensino em Centros de Educação Elementar e Média.

A educação de Brasília, concebida para ser exemplo de modelo educacional ao país, foi fortemente influenciada pelas ideias do educador Anísio Teixeira, à época diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), participante do movimento da escola nova e defensor dos ideais liberais, progressivistas e renovadores na educação. A escola concebida por Anísio se baseia na formação do aluno para uma sociedade industrial moderna e em constante mudança, tendo como alicerces: a participação, a autonomia, a liberdade e o trabalho, na construção de uma escola democrática para uma sociedade democrática². Portanto, o sistema de ensino na rede escolar pública deveria ser uma educação para todos, superando o dualismo e a discriminação existente no ensino entre a educação para a elite e a educação para o povo³.

O estudo se delimita nos anos de 1956 a 1960, porque foram os anos referentes à fase de transferência da capital da República: do Rio de Janeiro à Brasília. O pioneirismo presente nas ideias, no planejamento e no início das

2 Ver TEIXEIRA, A. Educação e o mundo moderno. São Paulo - SP: Cia. Editora Nacional, 1977.

3 Ver TEIXEIRA, A. Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras. In: *Educação no Brasil: Textos Selecionados*. Brasília: MEC Editora, 1976.

atividades escolares em Brasília é retratado neste recorte histórico, que culmina na inauguração da nova capital, em 21 de abril de 1960.

Por se tratar de um estudo inédito e original, esse trabalho visa ser um contributo ao resgate da história educacional de Brasília, em seus primórdios. Longe de esgotar o assunto, a proposta é fundamentar os contextos social, econômico e político que desencadearam e permearam o desenrolar histórico e o pensamento educacional que dão origem à proposta de educação para Brasília. Bem como, apresentar fatos e elementos que caracterizaram a implementação do sistema de ensino em Brasília, durante a construção da cidade e em seu primeiro ano escolar.

A divulgação das fontes existentes sobre o assunto estão vinculadas ao acervo do projeto “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”, e busca ser referência de aporte teórico para quem deseja pesquisar e se debruçar sobre o assunto. Já que, constituir e disseminar um acervo temático acerca dos primórdios da educação básica pública no Distrito Federal é de inestimada relevância, pois além de ser um estudo inédito, contribui para a preservação da memória e da construção da história da educação da capital do país.

Por abordar temáticas contemporâneas, o estudo sobre os primórdios da educação em Brasília, bem como do plano de educação escrito por Anísio Teixeira, representam um resgate e a redescoberta de ideias e práticas capazes de solucionar muitos dos problemas contemporâneos em nosso sistema de ensino, sem falar da importância e contribuição da história em si, tanto no resgate e registro do que aconteceu, quanto nos aprendizados que ainda pode nos proporcionar.

Como o recorte histórico refere-se principalmente aos anos de planejamento e construção da capital antes de ser Brasília, é importante salientar que não será abordada a situação das escolas na região do Goiás, embora houvesse algumas escolas na área delimitada para o novo Distrito Federal, posteriormente incorporadas à Fundação Educacional do Distrito Federal. Este estudo tem o intuito

de abordar sobre a fundação de Brasília, na implementação de seu sistema educacional, no espaço - território em que se constituiu o Distrito Federal conforme concebemos atualmente.

Considerações Metodológicas

A monografia, portanto, tem como objetivos gerais, contribuir para o estudo da história da educação do Distrito Federal, através de uma investigação descritiva e exploratória, baseada no acervo constituído pela pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto inovador”, em relação a implantação do sistema de ensino escolar no Distrito Federal, entre os anos de 1956 a 1960.

No intuito de desenvolver os objetivos gerais, a investigação assume os seguintes objetivos específicos:

1. Identificar, catalogar e classificar as informações referentes ao planejamento, organização e implantação do sistema escolar em Brasília, Distrito Federal.
2. Resgatar os fundamentos que contextualizam social, política e economicamente o desenrolar histórico e o pensamento educacional, vigente na concepção do plano educacional para Brasília.
3. Contribuir exploratoriamente para a análise e a compreensão do ensino público em Brasília, em seus primórdios.

Nessa perspectiva, a proposta e a metodologia desta monografia inicia-se com o trabalho realizado durante a graduação acadêmica, na coleta e constituição do acervo da pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”, que consistia na busca, referenciação, reprodução e apreciação dos documentos existentes nos acervos depositários do DF.

A coleta dos documentos ocorreu em instituições arquivísticas públicas e através de doações recebidas de professores, alunos e gestores pioneiros. No caso das instituições arquivísticas, a busca, referenciação e reprodução dos documentos, ocorreram nos seguintes acervos depositários: Arquivo Público do Distrito Federal (ArPDF), Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-

DF), Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), Secretaria de Estado da Cultura (SEC) e Centro de Documentação e Informação da Câmara dos Deputados, na cidade de Brasília, além da Fundação Getúlio Vargas e dos acervos do INEP, localizados na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na cidade do Rio de Janeiro. A escolha destes acervos está relacionada ao conteúdo referente à história de Brasília, à educação entre os anos de 1956 a 1964 e aos personagens que auxiliam a compreensão da história da educação em Brasília, nos seus primórdios.

Para pesquisar em arquivos, houve necessidade de, previamente, aprender diversos conceitos, entre os quais convém destacar o de documento histórico, que compreende um determinado período e apresenta fatos que ajudam o pesquisador a reconstruir a história, e o de fontes primárias e secundárias, que revelam a originalidade dos documentos e o conhecimento contido ou construído a partir do estudo das informações existentes, em consonância com o momento histórico pesquisado. Houve, ainda, a necessidade de familiarizar-se com diferentes instrumentos de pesquisa, que *remetem o consulente, com maior ou menor precisão, às fontes disponíveis* (Bacellar, 2005). Para isso, examinou-se o catálogo com a referência dos documentos existentes, sendo que, nos casos de difícil acesso, recorreu-se a informações prestadas por funcionários do Arquivo. O manuseio do material existente exigiu, conforme recomenda Bacellar (2005), *o uso de luvas, máscaras e avental como prevenção da saúde do consulente e como forma de favorecer a preservação do papel*. Além disso, tomou-se conhecimento que as instituições arquivísticas devem seguir regras para preservar o material, através de procedimentos como acondicionamento, armazenamento, conservação e restauração.

Porém, muitas vezes, essas necessidades de organização e tratamento do acervo não são seguidas como deveriam. Sobre isso Hilsdorf e Vidal (2004) apontam:

“a ausência de políticas institucionais de preservação e organização de fontes documentais é responsável por uma das mais sérias dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de História da Educação, principalmente se

considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo”.

O processo de constituição do acervo documental sobre a educação pública no Distrito Federal pauta-se pelas atuais tendências teórico-metodológicas da pesquisa historiográfica, também chamada de Nova História, que contempla uma variedade de fontes. Conforme acentua Le Goff (1992), *há que tomar a palavra documento no sentido mais amplo, documento escrito, documento ilustrado, transmitido pelo som, imagem, ou de qualquer outra maneira*. Em relação ao conteúdo, observa-se a importância de considerar não apenas os documentos referentes aos grandes homens, aos *grandes acontecimentos, aos eventos políticos, militares e diplomáticos*. Nesse sentido, *o histórico não é o grandioso, o singular, o espetacular, mas a teia diária da vida de todos os homens* (Peixoto, 2001).

A elaboração de um acervo temático, constituindo-se num centro de documentação especializado, compreendendo uma variedade de fontes, de conteúdos diversificados e de diferentes suportes, foi o trabalho central do grupo de pesquisa para recontar a história, utilizando-se ainda da história oral no desenvolvimento de centenas de entrevistas, em áudio e vídeo, com os gestores, professores e alunos pioneiros.

Para facilitar a pesquisa, a divulgação dos documentos e a diminuição na dispersão de dados e informações de um acervo, é preciso desenvolver instrumentos de referência e busca, a partir do conteúdo existente, que são guias, catálogos e inventários. Os guias orientam a pesquisa preliminar, divididas por grandes áreas. Os catálogos servem para divulgar os documentos de um acervo, de forma ordenada e qualificada. O inventário é um levantamento minucioso e sequencial dos catálogos disponíveis, podendo ser organizado tematicamente.

O trabalho de organização do acervo, que é de caráter permanente ou histórico, foi realizada com base nas orientações do Arquivo Nacional e na legislação existente sobre o assunto, contando com a orientação técnica de um arquivista, o que resultou em cinco etapas de organização, com algumas

ocorrendo simultaneamente. O diagnóstico e a mensuração do acervo foram a primeira etapa do trabalho para a organização, que compreendia “mapear as condições físicas e coletar dados sobre o acervo”, determinando a extensão dos documentos a fim de “quantificar o espaço físico necessário” e o “tipo de acondicionamento recomendado”. Em seguida, “procedeu-se à identificação, seleção, classificação e análise dos documentos” (Pereira & Carvalho, 2009). A partir dessa classificação, foi feito o devido acondicionamento e armazenamento dos documentos, sendo que para cada gênero documental foi dado o devido tratamento arquivístico. Para então proceder à descrição de cada documento, a fim de elaborar o Inventário Sumário de documentos e o Guia de Arquivo do Projeto Memória da Educação no Distrito Federal, ainda em realização.

Os resultados do trabalho desse grupo de pesquisa podem ser vistos também: nos anais dos seminários anuais realizados, no livro “Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956 – 1964)” publicado pela editora UnB, no filme “Utopia e Educação”, produzido a partir do acervo iconográfico e audiovisual, recolhido e elaborado pelo trabalho de pesquisa, e nos demais trabalhos e escritos apresentados em congressos e seminários sobre os trabalhos desenvolvidos por pesquisadores, docentes e discentes participantes. O objetivo da pesquisa, a partir desse centro de documentação especializado, é constituir-se no Museu da Educação do Distrito Federal.

Os arquivos de Brasília, com relação à história da educação em seus primórdios, evidenciou a grande dispersão de dados e de registros existentes, o que confirma a importância do objetivo da pesquisa no que tange à constituição de um acervo temático, de modo a organizar as fontes documentais, agrupá-las, relacionando-as, para que possam ser consultadas e valorizadas como memória coletiva, através de guias, catálogos e inventários. Para tanto, é necessário que os fragmentos sejam integrados e contextualizados na trama histórica, mediante a busca do significado de cada documento. Essa tarefa requer um trabalho de análise criteriosa e tempo para sua realização. Entretanto, conforme Pereira (2011) *a constituição do acervo não se esgota em si mesma. O resgate da memória implica assumir o compromisso com a sua socialização, no intuito de estimular*

estudos e pesquisas abrindo caminhos à investigação sobre o nosso passado educacional.

No decorrer da escrita monográfica buscou-se utilizar boa parte do material escrito de origem do projeto “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”, que compreende artigos científicos, anais de congresso e o livro “Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956-1964)”, todos elaborados por pesquisadores, docentes e discentes que fazem parte do grupo de pesquisa vinculado ao projeto.

A legislação como fonte para a história da educação brasileira também foi utilizada, analisada como um dado da realidade histórico – educacional. De acordo com Miguel (2005), “a legislação educacional pode ser considerada uma das fontes que estimula reflexões e auxilia a compreensão de tendências, continuidade e rupturas do sistema educacional brasileiro”. Só que para essa compreensão, torna-se necessário também a interpretação dos dispositivos legais aliada a um estudo histórico da época, ao efeito produzido pela legislação na sociedade em questão e os depoimentos dos envolvidos, no caso a comunidade escolar ou educacional.

A referência bibliográfica também constou de teóricos que retratam a história da educação brasileira, a história de Brasília, a pesquisa em arquivos e as concepções pedagógicas e atividades educativas que permearam o pensamento educacional durante o recorte histórico, proposto pela presente monografia.

As fontes primárias e secundárias, tal como compõem o acervo do projeto “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”, são o referencial que ajudam o pesquisador a reconstruir a história educacional, a partir do estudo do conteúdo e das informações presentes nos documentos, aliado ao estudo do recorte histórico pesquisado. Sem falar da originalidade dos documentos, que valorizam o caráter inédito do estudo em questão. Essas fontes serão abordadas no próximo capítulo, de forma instrumental e metodológica, com o intuito de apresentar ao leitor - pesquisador a constituição do acervo sobre a memória da educação básica pública no Distrito Federal.

Parte II – Mapeando o Campo: Fontes

Fontes Documentais da História da Educação Escolar no Distrito Federal (1956 – 1964).

Conhecer a história de Brasília é parte constitutiva da identidade como brasiliense e a possibilidade de pesquisar sobre a história da educação de Brasília é uma realização como pedagoga e brasiliense. Só que para elaborar o estudo e conhecer sua história, é preciso um trabalho preliminar de localização das fontes, de mapeamento do campo de estudos, de fundamentação teórica e de contextualização histórica.

Este trabalho foi realizado durante a participação no projeto de pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956 – 1964): Origens de um projeto inovador”, que compreendia a constituição do acervo sobre a memória da educação básica pública no Distrito Federal.

Neste sentido, as atividades arquivísticas realizadas no acervo da pesquisa, compreendem a pesquisa bibliográfica, o estudo e o levantamento de fontes relevantes sobre a educação básica no Distrito Federal. Compreende também a identificação, seleção, classificação, acondicionamento e armazenamento dos documentos para o registro e a descrição dos mesmos, além de publicações referente às fontes, ao trabalho desenvolvido e às descobertas históricas proporcionadas através do estudo do acervo, em sua constituição.

A partir do diagnóstico realizado, classificou-se o acervo como sendo de pequeno porte, com 9,20 metros lineares de documentos textuais e 1.399 unidades de documentos em outros suportes, sendo aproximadamente 1.000 fotografias e centenas de entrevistas filmadas e/ou gravadas.

Os documentos foram divididos na seguinte tipologia: administrativos, acadêmicos, de conteúdo educacional e de ordens gerais. O gênero documental varia entre: textual (papel), audiovisual (entrevistas filmadas e/ou gravadas), iconográfico (fotografias, cartazes e gravuras) e informático (CD's, DVD's e disquetes).

Para a melhor organização do acervo, foi elaborado o *plano de classificação dos documentos*, com o intuito de identificar, classificar e hierarquizar o conteúdo do arquivo, atribuindo códigos numéricos para uma melhor gestão e armazenamento dos documentos, em séries e subséries. No quadro de arranjo do fundo arquivístico ocorre o detalhamento do conteúdo do acervo a partir da classificação feita, com o objetivo de elaborar um instrumento para facilitar estudos e pesquisas. As séries e subséries escolhidas são como recortes temáticos do cenário educacional da época.

O acervo constituído, após tratamento, organização e avaliação conforme o seu valor histórico e político no âmbito da pesquisa, passou a ser denominado fundo Memória da Educação Básica Pública no Distrito Federal (MEBP-DF), possuindo cinco séries: Memória da Educação Pública no DF, História de Brasília, Projeto Memória da Educação do DF, Normalização Educacional e Assuntos Referentes à Outras Instituições, com documentos que datam de 1921 a 2011.

Na série Memória da Educação Pública no DF (MEP-DF), de numeração 100, podem ser encontrados documentos e fotografias relativas às escolas pioneiras, dossiês e documentos pessoais de gestores, professores, alunos, funcionários e pioneiros que figuram papéis importantes da época em diferentes suportes e gêneros documentais, divididos em 7 subséries.

Na subsérie Escolas Pioneiras, de numeração 110, são encontrados dossiês da escola Júlia Kubitschek, da Escola Normal de Brasília, da Escola Parque da 307/308 sul, do Elefante Branco, do CASEB, além de escolas provisórias, escolas-classe, jardins de infância e outras escolas, com recortes de jornais e artigos de periódicos, recentes e da época. Entre os documentos que podem ser encontrados nessa subsérie, estão:

- ▲ O Hino ao Ginásio CASEB, com as pautas originais escritas pela prof^a Neusa França.
- ▲ Portaria de 25 de março de 1964, que designa bancas examinadoras do concurso para professores da rede pública do DF. Publicada no Diário Oficial, seção I, parte I.

- ⤴ Ofício nº233/62 – D.E.M (14/081962). Encaminha relatório dos diretores dos estabelecimentos sobre situação das escolas da rede pública.
- ⤴ Texto “O planejamento do sistema escolar de Brasília pelo INEP”. In:Educação e Ciências Sociais. Ano IV, vol.4, nº10, abril de 1959, Rio de Janeiro, p. 137—139.
- ⤴ Publicação feita em 1985 pela FEDF, “Sobre as Escolas da FEDF”, em dois volumes.
- ⤴ “Dados históricos do ensino oficial do DF”. Atos normativos da FEDF (1960-1980), volume I, Brasília, FEDF, 1981.
- ⤴ Plantas baixa da Escola Júlia Kubitschek: pavimento térreo e pavimento superior.
- ⤴ Textos e estudos sobre a Escola Parque em Brasília, de publicação da SEC, FEDF, GDF, IPHAN e Revista da NOVACAP, entre outros.
- ⤴ “Antologia”, trabalho de alunos do centro de ensino médio Elefante Branco, elaborado como livro, em maio de 1966.
- ⤴ Discurso em jogral das turmas do 3º ano normal do Elefante Branco, em 1965. Elaborado pela professora Márcia de S. Almeida.
- ⤴ Boletim histórico: CASEB 50 anos (1960-2010), uma escola inesquecível.
- ⤴ Programação do estágio para professores do ensino médio, no Rio de Janeiro e em Brasília, elaborado pelo MEC e CASEB, em abril de 1960.
- ⤴ Cópia do relatório da direção do Ginásio do Plano Piloto da FEDF. Com dedicatória da professora pioneira Clélia Capanema para o colega Paulo, em 21/12/1961.

Na subsérie Pioneiros da Educação Pública no DF, de numeração 120, são encontrados entrevistas com os gestores, professores, alunos e funcionários pioneiros, além de dossiês especiais, de entidades e associações, e outros dossiês, destacando a influência e a participação de personalidades como a de

Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e Yvone Jean na construção da educação de Brasília, em seus primórdios. Entre os dossies existentes, destacam-se os:

- ⤴ De gestores pioneiros: Armando Hildebrand, Ernesto Silva e Santa Alves Soyer.
- ⤴ De professores pioneiros: Aglali Maria Costa, Nunciata Peres, Olinda da Rocha Lobo e Wanda Clementina.
- ⤴ De ex-alunos: Ádila Alves de Faria e Maria Dilma Cavalcante.
- ⤴ De personalidades: Anísio Teixeira, Yvonne Jean e Darcy Ribeiro.
- ⤴ Da Associação Profissional dos Professores do Ensino Primário e Médio.

Na subsérie Metodologia de Ensino das Escolas Públicas Pioneiras, de numeração 130, são encontrados estudos, propostas, programas e planos educacionais, além de quadros e estatísticas sobre o ensino na época. Tais como:

- ⤴ Artigo “Ação do INEP e Centros de pesquisa no quinquênio 1956-60” In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, jan/mar 1961, nº81.
- ⤴ Artigo “Ensino Primário Complementar: iniciação profissional” In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, jan/mar 1961, nº81.
- ⤴ Brasília: Plano Educacional e Médico-Hospitalar. ArPDF: 28/12/1990.
- ⤴ “Censo Escolar”, Revista Brasília: 1965.

Na subsérie Formação e Aperfeiçoamento Profissional, de numeração 140, são encontrados textos, estudos e artigos sobre a formação do magistério, do pessoal técnico designado para as escolas do DF, de bolsas de estudo para professores primários, que podem ser observados em documentos, tais como:

- ⤴ “O problema da formação do magistério”, escrito por Anísio Teixeira. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, vol. XLVI, n. 104, out-dez 1966.

- ⤴ “Estudo do problema da formação do professor primário no Brasil”, de publicação do INEP/MEC, no boletim mensal do CBPE. Rio de Janeiro, novembro de 1957.
- ⤴ “Divisão de aperfeiçoamento do magistério – seleção de professores primários para Brasília”. Boletim Informativo MEC/INEP/CBPE nº23, janeiro-julho 1959.
- ⤴ Livro “A crise do ensino: Brasília”, de autoria de Raimundo Sobreira Góes de Oliveira. Brasília: editora Horizonte LTDA, em 1980.

Na subsérie Educação Popular e Alfabetização em Brasília, de numeração 150, podem ser encontrados decretos e portarias publicados entre os anos de 1962 e 1964 sobre educação popular, em todo o país. Depoimentos de gestores e professores pioneiros sobre educação popular e alfabetização em Brasília. Prestação de contas da Comissão Nacional de Educação Popular do MEC, no ano de 1964. Notícias de jornais sobre educação popular e alfabetização em Brasília, entre os anos de 1963 e 1964.

Na subsérie Estudos e Pesquisas, de numeração 160, são encontrados artigos de periódicos, textos científicos e acadêmicos sobre a educação básica de Brasília em seus primórdios e a situação da educação brasileira. Como por exemplo:

- ⤴ “Brasília e a Educação Nacional”, escrito por Lourenço Filho. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. XXXIII, nº78, abril-junho 1960.
- ⤴ “Educação de adultos em Brasília”. Revista do MEC – setor de divulgação. Ano III, nº 15, janeiro-fevereiro 1959.
- ⤴ “O que as revistas publicam: Educação em Brasília. MEC/INEP/CBPE. Boletim Informativo nº32. Rio de Janeiro: março 1960.
- ⤴ “Instrução em Brasília”. Revista do MEC – setor de divulgação. Ano II, nº12, jul-ago 1958.

E na subsérie Outros Assuntos Referentes à Educação, de numeração 190, é encontrada a Resolução nº53, da Câmara do Deputados, elaborada no ano de 1964, que aprova as conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada pela Resolução nº9 de 1963, destinada a apurar irregularidades no sistema educacional de Brasília.

Na série História de Brasília (HST - Bsb), de numeração 200, podem ser encontradas reportagens, atas, dossiês, ofícios, correspondências, artigos de periódicos, etc, distribuídos conforme as seguintes subséries:

- ⤴ Origens de Brasília, de numeração 210.
- ⤴ Universidade de Brasília, de numeração 220.
- ⤴ Outros Assuntos Referentes à História de Brasília, de numeração 290.

Na série Projeto Memória da Educação do DF (PME – DF), de numeração 300, podem ser encontrados relatórios, textos acadêmicos e científicos, artigos de periódicos e correspondências, elaboradas no âmbito dos eventos, seminários, congressos, palestras e reuniões desenvolvidas pelo Projeto. Divididas nas subséries:

- ⤴ 301 – Correspondências;
- ⤴ 302 – Artigos de Periódicos;
- ⤴ 303 – Eventos.

Na série Normalização Educacional (Neduc – DF), de numeração 400, podem ser encontrados documentos normativos referentes à legislação educacional da época e à Brasília. Como por exemplo:

- ⤴ “Atos Normativos da FEDF 1960-1980”. Publicado em Brasília, pela editora gráfica da FEDF, de 1981.
- ⤴ “Atos da Administração Federal”, elaborado pelo MEC/INEP. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº77, jan-mar 1960.

- ^ “Sociologia política da Lei de Diretrizes e Bases”, escrito por Roberto J. Moreira. In: Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos nº81, jan-mar 1961.

Na série Assuntos Referentes a Outras Instituições (AROI), de numeração 500, podem ser encontrados documentos que complementam e auxiliam a compreensão da formação de um museu da educação sobre a educação no Brasil em diferentes estados, desde 1870.

Com relação ao material em audiovisual existente no acervo, é possível encontrar vídeos da época, com imagens de escolas, alunos e do cotidiano escolar, e também, as entrevistas filmadas e/ou gravadas com gestores, professores e alunos pioneiros, existem centenas de entrevistas dispostas conforme o arquivo em que se encontram, podendo ser ouvidas e/ou assistidas, através de um aparelho televisor ou computador. Nessa parte do acervo podem ser encontrados depoimentos, como os de: Ernesto Silva, Neusa França, Aglali Maria Costa, Gildo Willadino, Fábio Vieira Bruno, Leocádia Paradella Cardoso, Maria da Neves Costa Morice, entre outros.

O material iconográfico do acervo, referente à fotografias, cartazes e gravuras encontra-se disponível em meio material e eletrônico para consulta e apreciação. Contando com mais de 1.000 unidades.

Conforme a exposição feita, o fundo Memória da Educação Básica Pública no Distrito Federal (MEBP-DF) constitui um acervo temático, extenso e diversificado sobre o assunto, composto por documentos e depoimentos, primários e fundamentais ao estudo e à pesquisa sobre a implantação do sistema de ensino público em Brasília.

Através dos documentos citados é possível verificar a diferença de dados que podem ser obtidos a partir da pesquisa no acervo, que vai desde legislação e atos normativos, passando por textos e artigos escritos por gestores pioneiros e grande teóricos da educação, até o depoimento oral de professores e alunos pioneiros sobre a educação em Brasília.

As fontes por si só apresentam fatos que ajudam o pesquisador a conhecer sobre o passado educacional, mas não são suficientes para compreender as motivações e implicações que fundamentaram o ocorrido. Para isso, a contextualização histórica é o que irá dar sentido aos documentos e às fontes existentes sobre determinado assunto. E por isso, será a abordagem do próximo capítulo, na compreensão dos fundamentos e da contextualização que dão origem e sentido à história da educação de Brasília.

Parte III – Configurando a Abordagem: Fundamentos

Contexto, dimensões e modalidades das histórias locais e regionais na historiografia da educação brasileira.

A compreensão da implantação do sistema de ensino em Brasília, parte do conhecimento e da análise historiográfica dos contextos políticos, sociais e econômicos pelos quais passava o país, à época. O desenrolar e a concretização dos movimentos educacionais brasileiros também auxiliam na compreensão do pensamento educacional que permeou o plano de educação para Brasília e a sua concretização.

A capital, que estava para nascer, representava um dos projetos de modernidade do Brasil para o mundo, aliado ao processo de industrialização e urbanização cada vez mais crescentes no país, que por sua vez, era o que caracterizava a modernização vivida pelos países mais industrializados e desenvolvidos economicamente.

Assim sendo, cabe registrar que o Brasil contemporâneo tem, sem dúvida, a eclosão de seus fatores determinantes e os eixos de seu desenvolvimento na década de 1930, que representam de fato uma virada histórica significativa na construção da sociedade brasileira moderna. Desta forma, é nesta década também que o *País ingressa em um novo ciclo de produção econômica, quando o modelo agrário-exportador até então vigente cede lugar à substituição de importações* (Vieira & Farias, 2007). No ano de 1930, o então presidente Washington Luís é deposto, e passa a governar Getúlio Vargas. Começa a ser construída as bases para a modernização do país, através de mudanças políticas, econômicas e sociais. Em 1937, Getúlio dá um golpe de estado e permanece no poder, instaurando o Estado Novo, regime ditatorial e nacionalista.

O período do governo de Getúlio é marcado por:

- ▲ duas constituições, a de 1934 (de inspiração liberal) e a de 1937 (de cunho autoritário);
- ▲ duas reformas educacionais, as de Francisco Campos (1931-1932) e as de Gustavo Capanema (1942-1946);

- ✧ pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932;
- ✧ pela participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado dos Aliados.

Pouco antes do fim da segunda guerra, Getúlio passa a ser pressionado pela oposição para que deixasse o cargo. Em vista disso, resolve anistiar presos políticos, anunciar eleições gerais e convocar uma Assembléia Constituinte. Mesmo assim, forças civis e militares o depõem do poder em outubro de 1945.

No Brasil, o período que vai de 1945 a 1964, representa a busca pela modernização da sociedade brasileira, expressada através da expansão na urbanização e industrialização, buscando também a laicização do estado. No campo econômico, durante este período, ocorrerá o desenvolvimento da indústria de base, a construção de novas usinas hidrelétricas e a fabricação nacional de automóveis, caminhões, ônibus e tratores. Nesse sentido, a educação passará a ser o propulsor do avanço tecnológico, que é a base para a modernização. O ensino profissional ou técnico ganhará foco, já que o crescimento econômico exigirá o aumento da profissionalização e da qualificação do trabalhador.

O general Eurico Gaspar Dutra é eleito como presidente, governando até o ano de 1951. Durante este período, inicia o governo promulgando a Constituição Brasileira de 1946 em 18 de setembro. Por outro lado, intervêm nos sindicatos, fecha a Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT) e torna ilegal o Partido Comunista

A Constituição de 1946, de ideais liberais e democráticos, rege o período que vai de 1946 a 1964, restabelece a república federativa e democrática, dá grande autonomia aos Estados e institui eleições diretas e secretas em todos os níveis. Os princípios pautavam-se, entre outros, na igualdade de todos perante a lei, e em algumas liberdades, como: a de manifestação de pensamento, de consciência e crença religiosa, e de associação. O que fomentou a formação de associações, sindicatos e representações.

Em 1951, Getúlio Vargas lança novamente sua candidatura à presidência, e desta vez governa eleito pelo voto. *O novo presidente inicia um processo de*

mudanças políticas, econômicas e sociais de amplo espectro, construindo as bases para a modernização do Estado brasileiro (Vieira & Farias, 2007). O seu maior feito durante este governo foi a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Eletrobrás e da Petrobrás, estabelecendo o monopólio estatal sobre a exploração do petróleo e o desenvolvimento da indústria de derivados do petróleo. Quando em 1954 novamente pressionado para que renunciasse, Getúlio deixa uma carta testamento e se suicida.

As eleições ocorrem em outubro de 1955, e Juscelino Kubitschek (JK) é eleito. Mas da morte de Vargas à posse de JK, três presidentes governam o país: Café Filho, que era vice de Getúlio Vargas e se afasta por motivos de saúde; Carlos Luz, que era o presidente da Câmara dos Deputados e foi afastado do cargo em exercício, pelo ministro de guerra Teixeira Lott; e Nereu Ramos, que é presidente do senado e assume para garantir a posse de Juscelino.

Juscelino Kubitschek tendo como vice João Goulart, chamado de Jango, vence as eleições para presidente, mas opositores e setores da Marinha e Aeronáutica tentam um golpe para tomar o poder e impedir a posse do eleito. É nessa ocasião que o general Teixeira Lott depõe Carlos Luz, favorável ao golpe contra Juscelino, e dá posse na presidência a Nereu Ramos, que garante a transição de governo.

Com o slogan de que faria o Brasil progredir 50 anos em 5, o governo de JK foi marcado pelo populismo e desenvolvimentismo. Elaborou o Plano de Metas, que compreendia os setores de energia, transportes, alimentação e indústria de base. E em 21 de abril de 1960 inaugurou a cidade de Brasília, já prevista para ser a nova capital do Brasil desde a Constituição de 1891. Conforme Vieira & Farias (2007),

Ao final de seu governo, o crescimento econômico e a modernização do País são visíveis. O saldo deixado pelo projeto desenvolvimentista, porém, tem sua contrapartida negativa: JK deixa como herança para seu sucessor um desequilíbrio nas contas públicas e uma taxa de inflação bastante elevada.

Esse saldo deixado pelo desenvolvimentismo terá grandes repercussões na economia para o governo seguinte, e será uma das principais justificativas da crise que se instalará no campo político, culminando no golpe militar de 1964.

Em 1961, Jânio Quadros assume a presidência, com o vice João Goulart (Jango). De políticas contraditórias e atitudes radicais, Jânio logo perde o apoio que o elegeu, fica apenas oito meses no governo e decide renunciar ao cargo. Jango se encontrava na China, logo que retornou e assumiu a presidência, a oposição consegue adotar o regime parlamentarista no início de seu governo, através do Ato Adicional à Constituição de 1946. Mas Jango, consegue convocar o plebiscito de janeiro de 1963, para que a população vote se deseja parlamentarismo ou presidencialismo, o que o faz restituir a presidência.

Durante seu governo, Jango busca o apoio dos trabalhadores e inicia as reformas de base. Estudantes em Centros Acadêmicos, na União Nacional dos Estudantes (UNE), reivindicam um ensino próximo à realidade social e difundem o método Paulo Freire, de alfabetização popular de jovens e adultos; Jovens católicos reúnem-se em diferentes grupos e setores da sociedade, preocupados em melhorar a situação do povo; Comunistas, mesmo com o partido na ilegalidade, trabalham na organização e mobilização popular; O Movimento sindical cresce e intensifica-se, tanto no campo quanto na cidade.

As resistências a essa mobilização popular, que se organizava e reivindicava seus direitos, reformas ou melhorias trabalhistas e sociais, vinha dos setores mais conservadores da sociedade. Instituições e empresários brasileiros e multinacionais, utilizavam do poder, do financiamento e da influência que tinham, para eleger parlamentares contrários à política de Jango e favoráveis às decisões dos setores conservadores, bem como favoráveis, também, ao capital estrangeiro.

A pressão e a divisão política entre os que apoiavam Jango e os opositores, crescia e acirrava a disputa pelo poder, gerando grandes manifestações de setores de esquerda e de direita por todo o país. Enquanto isso, o mundo vivia a Guerra Fria, que promovia a divisão entre o capitalismo e o comunismo. Cuba acabava de libertar-se de um regime ditatorial e Fidel tomava o poder no país implementando o

comunismo, o que representava uma ameaça aos poderosos e aos setores mais conservadores da sociedade.

Foi com medo da “ameaça comunista” chegar ao Brasil, e utilizando a política social de Jango como justificativa, que *lideranças políticas conservadoras... apóiam a movimentação de tropas militares. Negociações e conspirações de cúpula decidem dar um basta no avanço das forças de esquerda. Estava montado o cenário para mais um golpe de Estado* (Vieira & Farias, 2007).

Em 31 de março Jango é deposto do cargo de Presidente da República, inconstitucionalmente. Em decorrência da deposição, o então presidente do Senado Auro de Moura declara vaga a presidência e dá posse ao presidente da Câmara: Ranieri Mazzili. Com o ocorrido, Jango se exila no Uruguai.

Em abril, os militares que se intitulavam do Supremo Comando Revolucionário, publicaram o Ato Institucional nº1 e elegeram como presidente o marechal Castelo Branco. Estava instaurada a ditadura militar no Brasil, que ganhou poder sob o slogan de salvar a democracia, mas acabou com a mesma e permaneceu no poder durante 20 anos. Direitos políticos foram cassados e suspensos, a mídia e a imprensa foram censuradas, pessoas foram perseguidas e torturadas. Muitas perguntas permanecem sem respostas e pessoas continuam desaparecidas, até hoje.

É importante contextualizar esses fatos porque vão caracterizar e, em alguns casos, justificar o desenrolar histórico, em suas concretizações políticas e nos pensamentos educacionais, que permearão o contexto econômico e social, entre os anos de 1956 e 1960.

Com relação à educação, desde 1920 nos estados da federação a educação vinha sendo reestruturada. Começaram a surgir uma série de trabalhos se contrapondo à produção historiográfica dominante, influenciando uma nova historiografia e o pensamento educacional, fixando orientações doutrinárias no campo da pedagogia. Eram os chamados renovadores da educação, que idealizaram e organizaram instituições de ensino e reformas do sistema público,

assumindo cargos como técnicos, assessores e diretores das principais instituições governamentais de desenvolvimento do ensino e da pesquisa no Brasil.

Este movimento de renovação iniciou-se a partir dos anos de 1920, com diversas reformas de ensino acontecendo nos estados, através do trabalho de educadores: Lourenço Filho (no Ceará), Anísio Teixeira (na Bahia), Fernando Azevedo (no Rio de Janeiro – na época Distrito Federal) e Sampaio Dória (em São Paulo). E intensificou-se nos anos 30, sob influência do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Até meados de 1960, as concepções sobre a natureza do conhecimento e seus processos de produção e transmissão, conforme a Pedagogia Nova e o escolanovismo, assim como os projetos políticos de organização de um sistema nacional de educação foram determinantes no pensamento e na configuração das instituições de ensino e pesquisa no país.

A Pedagogia Nova e seu escolanovismo, difundiram-se no Brasil em meados dos anos 20, com o conhecimento e a divulgação de experiências educacionais que aconteciam nos Estados Unidos e na Europa. A filosofia educacional e pragmatista de Dewey, nos EUA, foi a que teve maior repercussão entre os intelectuais brasileiros, influenciando grandes educadores, entre eles Anísio Teixeira, que traduziu e divulgou muitos textos e idéias do americano.

O Ministério da Educação foi criado através do Decreto nº 19.402 em novembro de 1930, sendo chamado de *Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública*, encarregado por todos os assuntos referentes ao ensino e a saúde pública da época. Em 1953 ocorre a divisão das responsabilidades do ensino e da saúde, com a criação do Ministério da Saúde e a definição do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Embora seja chamado de MEC até hoje, o Ministério da Educação trata somente dos assuntos relacionados à educação. Já que existe o Ministério da Cultura para cuidar do que é de sua responsabilidade.

Entre as campanhas de grande destaque desenvolvidas pelo MEC, em território nacional à época, vale destacar: a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos, a Campanha de Educação Rural e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, inspirada no trabalho do educador Paulo Freire,

e sua regulamentação está disponível no decreto nº 47.251, de 17 de novembro de 1959; a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação dos Deficitários Visuais, tiveram destaque no decreto nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957, e no decreto nº 44.236, de 1 de agosto de 1958, respectivamente.

O método de alfabetização de Jovens e Adultos do educador Paulo Freire ganhava grande destaque à nível nacional, quase a metade da população brasileira na época era analfabeta. Investir no desenvolvimento do país significava investir na formação de seus cidadãos, para que os novos cargos de trabalho que surgissem a partir da industrialização e modernização da sociedade, pudessem ter mão de obra minimamente qualificada para exercê-lo.

Uma das maiores manifestações do pensamento educacional brasileiro, baseada nos princípios da Pedagogia Nova e do escolanovismo, que influenciou o período de 1945 a 1964, foi o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. Redigido em 1932 por Fernando de Azevedo e assinado pelos principais educadores, pensadores educacionais e intelectuais brasileiros da época. O manifesto de 1932 foi de tal representatividade que, em 1959, foi lançado o segundo manifesto dos educadores, para o povo e o governo, intitulado “Mais Uma Vez Convocados”. De acordo com Vieira & Farias (2007), *os signatários do documento de 1959 postulam uma educação liberal, voltada para o trabalho e o desenvolvimento econômico; uma educação que busca a transformação do homem e de seu espaço social*. O documento continha 164 assinaturas de personalidades de destaque do cenário educacional e cultural brasileiro.

Para compreender melhor o que foi o Movimento da Escola Nova no Brasil, originado a partir do Manifesto, Ghiraldelli (1990) assim define:

O Movimento da Escola Nova enfatizou os “métodos ativos” de ensino-aprendizagem, deu importância substancial à liberdade da criança e ao interesse do educando, adotou métodos de trabalho em grupo e incentivou a prática de trabalhos manuais nas escolas; além disso, valorizou os estudos de psicologia experimental e, finalmente, procurou colocar a criança (e não mais o professor) no centro do processo educacional.

A Pedagogia Nova exercerá influência na educação brasileira na década de 1950 e no início dos anos 1960, até o golpe militar em 1964. Em consonância com os ideais desenvolvimentistas da época, *inspiravam experiências na rede particular e na rede pública de ensino, superavam a dicotomia entre o fazer intelectual e o fazer manual, encaminhava o país para a modernização*, estando presente, inclusive, na legislação sobre educação e em algumas exposições feitas pelo Ministério da Educação e Cultura. (Ghiraldelli, 1990)

Essa nova pedagogia que surgia, aliada ao movimento da Escola Nova, influenciou e influencia até hoje o pensamento educacional e a formação de diversas escolas, alicerçadas nos ideais educacionais liberais em todo o país.

Entre as experiências escolares influenciadas pela pedagogia da escola nova, tem grande destaque o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, no bairro da Liberdade, periferia de Salvador, na Bahia. De concepção do educador Anísio Teixeira, baseada nos ideais de Dewey e da Pedagogia Nova, o Centro Educacional é conhecido como Escola Parque. Com relação a essa escola, Anísio (1959) defendia:

É contra essa tendência à simplificação destrutiva que se levanta este Centro Popular de Educação. Desejamos dar, de novo, à escola primária, o seu dia letivo completo. Desejamos dar-lhe os seus cinco anos de curso. E desejamos dar-lhe seu programa completo de leitura, aritmética e escrita, e mais ciências físicas e sociais, e mais artes industriais, desenho, música, dança e educação física. Além disso, desejamos que a escola eduque, forme hábitos, forme atitudes, cultive aspirações, prepare, realmente, a criança para a sua civilização... E, além disso, desejamos que a escola dê saúde e alimento à criança, visto não ser possível educá-la no grau de desnutrição e abandono em que vive.

O projeto deste centro educacional em Salvador foi elaborado pelo educador Anísio Teixeira, quando exercia o cargo de Secretário de Educação e Cultura do estado da Bahia. Esse é o projeto que irá servir de inspiração, exemplo e referência às Escolas Parque presentes no plano educacional para Brasília.

O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação e Cultura, e também cuida da questão

educacional a nível nacional. O órgão foi criado em 1937, e entre suas atribuições está a de documentar e investigar o sistema de ensino brasileiro, promover o intercâmbio entre pedagogias e conhecimentos e fornecer assistência técnica em educação. Também é de sua competência formular e implementar políticas públicas educacionais. Esse órgão teve como primeiro diretor-geral o educador Lourenço Filho, também participante do Movimento da Escola Nova.

Durante o período que vai de 1945 a 1961, o setor educacional brasileiro vivia grandes discussões educacionais, principalmente em torno da elaboração da primeira lei nacional sobre o ensino no país: a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. É nesse mesmo período que o Brasil se torna delegação permanente da UNESCO, conforme o decreto nº 43.885, de 10 de junho de 1958, que “dispõe sobre a criação da Delegação Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação Ciência e Cultura (UNESCO)”, o que representa um reconhecimento do país com relação a seu crescimento e ao trato nas questões educativas.

Pela constituição de 1946, a União estava incumbida de fixar as diretrizes e bases da educação nacional. Foram pelo menos 13 anos de tramitação até se chegar à Lei 4.024, publicada em 20 de Dezembro de 1961. Durante esse período, as principais discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) giraram em torno de dois temas: ensino público e privado e centralização e descentralização do ensino pelo Estado.

O projeto de Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional teve esse grande tempo de discussão devido ao conflito de interesses relativos a essa Lei. Enviada à Câmara dos Deputados em 1948, pelo Presidente da República General Dutra, a Comissão de Educação da Câmara só iniciou o debate oral em 1952, já no governo de Vargas. E, somente em 1961, no governo de Jango, após muitas discussões, um “substitutivo” do projeto de lei foi submetido à discussão em plenária, no legislativo nacional, que ganhou a aprovação após algumas alterações. De acordo com Anísio (1969),

não se pode dizer que a Lei de Diretrizes e Bases, ora aprovada pelo Congresso, seja uma lei à altura das circunstâncias em que se acha o país em sua evolução para constituir-se a grande nação moderna que todos esperamos... Essa autonomia, essa faculdade, esse novo poder dos Estados é que desejo saudar na ocasião em que se vota a primeira lei nacional da educação no Brasil.

Anísio fala do poder dos Estados, porque os Estados da República Federativa do Brasil ganharam mais autonomia frente às decisões, legislação e orçamento para a educação que promovem. Até a aprovação da LDB, o Ministério da Educação centralizava todas as questões referentes ao ensino em todo o país.

Todas as discussões ocorridas durante a LDB, polarizaram dois grupos, que defendiam:

1. A centralização do ensino pelo Estado e o ensino privado, tendo Carlos Lacerda como representante e autor do substitutivo que foi à aprovação pelo Legislativo Brasileiro.
2. A descentralização do ensino pelo Estado e a defesa das escolas públicas, tendo Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo, como grandes representantes de um movimento que é iniciado em 1930, denominado Movimento da Escola Nova.

A questão da centralização e descentralização é interessante de ser analisada. No caso da educação, embora os estados da federação tenham certa autonomia para gerir suas escolas, todas as diretrizes, determinações, decisões e regulamentações referentes à educação são de competência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), é um poder bem centralizado. Por sua vez, a própria proposta de interiorização do país, com a transição da capital federal do Rio de Janeiro à Brasília, já representa em si uma descentralização do poder concentrado à época, entre as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo.

As discussões referentes ao ensino público e privado são evidenciadas em alguns dispositivos legais da época, que revelam a divisão do governo no investimento a ser feito e na assistência aos alunos e instituições escolares. O dinheiro público era amplamente investido nas escolas particulares, principalmente

as de cunho religioso, o que explica a busca de movimentos de oposição pela laicização do ensino e do Estado à época. Mas não eram apenas as escolas de cunho religioso que recebiam assistências do Estado, isso é observável durante a construção de Brasília, nas atas de reuniões do Conselho de Administração e da Direção da NOVACAP (entidade criada para administrar todas as mudanças necessárias à transição da capital), muitas escolas particulares se instalaram no futuro Distrito Federal pela doação de terreno, pela concessão de bolsas de estudo a filhos de funcionários da NOVACAP, doação de material para a construção das escolas, entre outros. Para exemplificar melhor a situação, buscamos na legislação federal alguns dispositivos que tratam sobre o tema:

- ⤴ A lei nº 3.066, de 22 de dezembro de 1956, que autoriza o MEC a destinar um crédito aos colégio da Imaculada Conceição, no Distrito Federal, e ao colégio Santa Rita, na Paraíba;
- ⤴ A lei nº 3.376, de 18 de março de 1958, que destina, através do MEC, uma quantia para auxiliar em território nacional, as despesas dos alunos com matrícula nos estabelecimentos de ensino federais e a concessão de bolsas de estudos nos estabelecimentos particulares de ensino para os alunos que demonstrarem bom desempenho e capacidade intelectual;
- ⤴ Na lei nº 3.537, de 2 de fevereiro de 1959, e nos decretos nº 48.236 e 48.585, de 19 de maio e 22 de dezembro de 1960, respectivamente, tratam de quantias que são repassadas ao MEC para conceder bolsas de estudo a alunos carentes de recursos, matriculados em instituições de ensino particulares.

Para além da contextualização histórica, política, social, econômica e educacional, que fundamentam a pesquisa histórica e a compreensão das fontes documentais. O próximo capítulo, irá abordar a constituição do sistema de ensino em Brasília, e aprofundar a respeito dos idealizadores de sua educação e da fundação da nova Capital da República.

Parte IV – Sistema Educacional do Distrito Federal:

Campo de Estudos (1956-1960)

Da Fundação e dos Idealizadores

Anísio Teixeira dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP) entre os anos de 1952 a 1964, e sua política previa uma reforma educacional nacional, a partir de estudos científicos e sociais em consonância com a realidade e a diversidade das regiões do país. Foram criados órgãos públicos, campanhas e políticas nacionais para fazer um levantamento, diagnosticar a situação do ensino no país e determinar diretrizes a seguir, visando o desenvolvimento social e a modernização do sistema de ensino brasileiro.

Através do decreto nº 38.460, de 28 de dezembro de 1957, são criados no âmbito do INEP, centros de estudos e pesquisas: o Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), localizado na cidade do Rio de Janeiro; e os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE's), localizados nas cidades de São Paulo, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre. Entre as atribuições dos Centros, estava:

- ✦ a realização de estudos e pesquisas sócio - educacionais para o desenvolvimento de políticas nacionais para o ensino, contemplando a diversidade das regiões do país;
- ✦ a elaboração de material pedagógico, incluindo o livro didático; e a promoção de cursos de aperfeiçoamento para educadores.

A atuação dos centros preocupava-se com a capacitação de educadores e a pesquisa educacional, a partir das ciências sociais, com o foco no ensino primário e na erradicação do analfabetismo, relacionando educação escolar e mudança social.

Os Centros Regionais de Pesquisas Educacionais (CRPE's) e o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), eram os órgãos que se estruturavam regionalmente. No caso dos CRPE's localizados em cinco estados, o órgão era dirigido por um especialista em educação ou ciências sociais, no âmbito do INEP; já os CEPE eram vinculados às Secretarias de Estado de Educação e Cultura e às universidades locais, mas contavam com o apoio e a supervisão do INEP. Em

todos eles, eram organizados cursos e seminários para os professores, técnicos e supervisores escolares, visando a formação para uma renovação dos métodos pedagógicos. Em alguns casos eram oferecidas bolsas de estudo para o aprofundamento e o intercâmbio do conhecimento entre as regiões, e até mesmo para fora do país. Grandes nomes dirigiram e trabalharam por esses órgãos, tais como: Fernando de Azevedo, Eloah Ribeiro Kunz, Gilberto Freyre, Florestan Fernandes e Mário Casasanta.

O CRPE da Bahia articulava-se com o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, com o intuito de estender essa prática a toda a rede de ensino do estado. O CRPE de São Paulo recebia professores do Goiás, Mato Grosso e Paraná para seus cursos pedagógicos. O CRPE de Minas Gerais articulava também com o Instituto Superior de Educação Rural, a UNESCO e o PABAE (Programa de Assistência Brasileiro - Americano ao Ensino Elementar). O CRPE de Pernambuco focava suas formações na construção e defesa da identidade e do ensino nordestino, elaborando cursos de formação para toda a região.

O CEPE do Paraná promovia diversos cursos de formação a seus educadores. O CEPE do Maranhão estava voltado à reestruturação dos grupos escolares, a construção de mais escolas e a regulamentação do Instituto Educacional do Maranhão. O CEPE de Sergipe foi institucionalizado em 1960 e preocupava-se em organizar um setor especializado em educação e planejar uma reforma para o sistema de ensino do estado. O estado do Goiás é acompanhado pelo próprio Anísio Teixeira, que orienta pedagogicamente o Instituto de Educação do Goiás e destina recursos para a construção de seu prédio. O CEPE do Rio Grande do Norte em conjunto com o governo do estado desenvolveu uma reforma educacional em todo o seu sistema de ensino.

No estado do Rio Grande do Norte, o governador Dinarte de Medeiros Mariz, eleito em 1956, deu ênfase à educação durante todo o seu mandato. Inaugurou a Universidade do Rio Grande do Norte (URN), posteriormente UFRN, e centros educacionais. Com a secretaria de educação do estado recém criada, o então secretário de Educação Tarcísio de Vasconcelos Maia, juntamente com o governador de estado, seleciona técnicos de outros estados para trabalharem no

órgão e solicita apoio ao INEP nas questões do ensino, o que culmina em cursos de formação para professores, ministrado pela educadora Lia Campos, natural do Rio Grande do Sul, defensora e divulgadora das práticas e métodos educacionais propostos por Anísio Teixeira. É criado no estado o Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais (CEPE), com apoio do INEP, no âmbito da Secretaria de Educação, com o objetivo de organizar o currículo, o material didático e as atividades dos professores em sala de aula. Posteriormente, surgem as Inspetorias Regionais de Ensino, que servirão de intermédio entre o CEPE e as escolas do estado, fiscalizando as atividades e fornecendo o material necessário. A partir do levantamento da realidade e da estrutura escolar do estado, é feita toda uma reforma de ensino, baseada no ideário educacional que tem como concepção a democracia e a mudança social centradas na criança, dando mais atenção à aprendizagem. Daí surge a Lei nº 2.171, de 06 de dezembro de 1957, que promove uma reforma educacional no ensino do estado, alterando as bases da educação elementar e a formação do professor primário, visando a educação para o desenvolvimento integral do educando. A carta de Lei nº 2.225, de 09 de dezembro de 1957, vem para compor o departamento de educação e os setores responsáveis pelos níveis de ensino, pela cultura e pelos estudos e pesquisas relacionados à educação. Também são realizadas semanas pedagógicas nos municípios, para preparar e formar professores e diretores. São distribuídas bolsas de estudos, subsidiadas pelo INEP, para cursos de formação aos professores em outros estados, em diferentes especialidades e diferentes tempos de duração também. Bem como, o recebimento de professores para acompanharem a reestruturação e o desenvolvimento do ensino no estado.

O estado de São Paulo tornava-se referência industrial e política do país, sendo também o principal destino das rotas migratórias vindas do interior, o que fez com que concentrasse cada vez mais riqueza e população. Foi nessa época que a educação escolar passou a ser vista como decisiva na transformação política, já que para votar era necessário ser alfabetizado e aproximadamente 40% da população era analfabeta. O contexto era de transição do patriarcado rural para o meio urbano – industrial, a preocupação estava em aumentar o eleitorado e qualificar mão de obra para as indústrias que surgiam. A alfabetização e

escolarização eram então decisivas para o progresso, e a formação do aluno estava voltada à padronização de linguagens, idéias e perspectivas morais. O CRPE de São Paulo, ou CRSP, foi criado em 1956 através de convênio entre o MEC e a reitoria da USP, tendo como dirigente Fernando de Azevedo. As principais atividades do Centro foram a realização de cursos, seminários, levantamentos, estudos e pesquisas, para a renovação educacional no ensino e a formação dos professores primários do estado. Entre os cursos e seminários promovidos pelo CEPE São Paulo, destacam-se:

- ▲ o Seminário para Professores Primários;
- ▲ o Curso de Especialista em Educação para a América Latina em parceria com a UNESCO, que visava a erradicação do analfabetismo e a universalização da educação primária gratuita e obrigatória em toda a América Latina;
- ▲ e os cursos para delegados de ensino e inspetores escolares.

Entre os levantamentos, estudos e pesquisas, feitos pelo CEPE São Paulo, a fim de diagnosticar a situação escolar do estado e promover melhorias, subsidiando também a elaboração de políticas públicas, destacam-se: o levantamento do ensino primário, secundário (oficial) e normal (oficial e particular) do estado de São Paulo; pesquisas em fichas de observação dos alunos e escalas de escolaridade, para uma melhor compreensão dos comportamentos em sala de aula, através de avaliação, do diagnóstico, do progresso e das relações entre o que foi ensinado e o que foi aprendido pelos alunos; os estudos estavam relacionados aos livros de leitura, ao ensino de problemas aritméticos, ao vocabulário das crianças, as estatísticas educacionais, entre outros. De acordo com Ferreira (2001), *algumas pesquisas e estudos foram concluídos e publicados, outros ficaram incompletos, não foram realizados ou socializados.*

Mesmo com algumas inconclusões, a educação no país cresceu consideravelmente entre os anos de 1956 e 1960. Ghirdelli (1990), diz que a política educacional feita durante o governo JK tinha a preocupação em “educar para o trabalho”, investindo a maior parte dos recursos financeiros educacionais

para o ensino industrial. Durante este período, houveram seis Ministros da Educação e Cultura, entre nomeados e interinos, que discutiram e aprovaram muitas das decisões que interferiram na educação a nível nacional, sendo eles: Clóvis Salgado da Gama, Celso Teixeira Brandt, Nereu de Oliveira Ramos, Pedro Cálmon Moniz Bittencourt, José Pedro Ferreira da Costa e Pedro Paulo Penido. No INEP, durante o mesmo período, Anísio Teixeira foi o diretor do Instituto.

Mas a educação passou longe de ser a marca do governo de Juscelino Kubitschek, seu grande feito foi inaugurar Brasília. Prevista para ser a nova capital do país desde o século XIX, a cidade foi construída no Planalto Central, em apenas três anos e dez meses.

A proposta de fundação de uma cidade no interior do país para ser a capital da República, tem origem em 1891 com o art. 3º da Primeira Constituição Republicana. A transferência da capital e a criação de Brasília possuem referências em vários dispositivos, a exemplo do Decreto nº 4.494 de 18 de Janeiro de 1922, que trata especificamente de uma futura capital, estabelecendo uma zona de 14.400 km no Planalto Central, a colocação da pedra fundamental da cidade e a necessidade de estudos para desenvolvimento do transporte na região.

Dos idos de 1890 à década de 1950, várias comissões exploradoras, de estudo e demarcações, foram enviadas ao Planalto Central, para conhecer e diagnosticar o espaço, a situação, o relevo, a vegetação e o que mais fosse relevante para a transferência da capital do Brasil: do Rio de Janeiro à Brasília. Como exemplo temos as Comissões: Cruis, Polli Coelho, General Caiado de Castro, Marechal José Pessoa e Altamiro Pacheco.

Mas foi em 1956 que a Lei nº 2.874, de 19 de Setembro do mesmo ano, vai dispor sobre a mudança da capital e a criação da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), que irá tratar de todos os assuntos referentes à transição e inauguração. Assim, essa Lei tratava do “Planejamento e execução do serviço de localização, urbanização e construção da futura Capital”, à “aquisição, permuta, alienação, locação e arrendamento de imóveis na área do novo Distrito

Federal” e “a execução, mediante concessão de obras e serviços da competência federal, estadual e municipal, relacionados com a nova Capital”.

De 1956 a 1959, as decisões e execuções referentes à construção e à transição da capital para Brasília foram tomadas pela NOVACAP, através de seu Presidente, sua Diretoria, seu Conselho de Administração e seu Conselho Fiscal, subordinados diretamente à Presidência da República. Assim, foi possível iniciar os planejamentos e as obras necessárias para a construção de Brasília, que se iniciou no ano de 1957.

A primeira cidade a ser criada no futuro Distrito Federal, em 1956, é a “Cidade Livre” – livre de impostos e horários comerciais, hoje chamada de Núcleo Bandeirante, criada para dar suporte às construções da futura capital.

O projeto urbanístico de Brasília foi escolhido por meio de concurso, tendo sido o plano piloto de Lúcio Costa o vencedor, dentre 25 candidatos. O arquiteto Oscar Niemeyer trabalhou com o urbanista na elaboração do projeto arquitetônico da futura capital. Outros artistas ajudaram a embelezar e compor a cidade em seus diversos monumentos, prédios, pinturas, esculturas e paisagens que também se tornaram referências e marcas de Brasília, entre eles: Alfredo Ceschiatti, Athos Bulcão, Bruno Giorgi, Burle Marx e Marianne Peretti.

O projeto urbanístico de Lucio Costa, denominado Plano Piloto, compreendia a construção e as definições urbanas para a cidade de Brasília, também chamada de Plano Piloto que compreende apenas as regiões da Asa Sul e Asa Norte, e alguns setores, tais como: o da Esplanada dos Ministérios, com o Congresso Nacional e os Ministérios; o setor bancário sul e norte, que compreende as representações de bancos, indústrias e empresas nacionais e internacionais; o de diversões; o hoteleiro; entre outros.

As cidades que foram crescendo ao redor de Brasília são denominadas cidades satélites. A cidade livre, posteriormente chamada de Núcleo Bandeirante, é um dos exemplos. De início estava previsto que a cidade fosse apenas acampamento para os operários, mas acabou se tornando cidade satélite por força de legislação. Taguatinga, criada com a construção, prevista para ser cidade

dormitório dez anos após a inauguração de Brasília, foi definida como cidade em 1958, para alojar ocupantes de uma outra área invadida ao redor de Brasília. E por aí segue, as principais cidades satélites, entre os anos de 1956 a 1960 foram Planaltina, Brazlândia, Candangolândia, Núcleo Bandeirante, Taguatinga, Cruzeiro e Gama.

A formação das primeiras cidades satélites, e a maioria até hoje, acompanha um histórico de invasão de terras e deslocamento urbano, formando uma complexa periferia. Entre as principais causas desse descolamento está o aumento do contingente populacional que migrou para Brasília em busca de novas oportunidades e a inexistência de um ordenamento territorial adequado e previsto ao aumento da população. O que caracterizou as cidades como periferia, na inexistência de políticas e deveres do Estado, como saneamento básico e delimitação das áreas de proteção ambiental, entre outros.

Para trabalhar e fazer acontecer os projetos, planos e sonhos pensados para Brasília, foram convocados operários do país inteiro, para ajudar na construção da capital. Os candangos, como foram denominados, vieram movidos principalmente pela esperança de alcançarem melhores condições de vida. E, como não havia nada no Planalto Central, os aventureiros que vinham se arriscar a trabalhar, passaram a serem vistos como o “caçador de sonhos, domesticador do medo e dos espaços”, dando ênfase à “interpelação mítica (que) é constitutiva da realidade” de Brasília (Carvalho, 1995). O candango era visto como povo-herói, em uma tentativa de amenizar a difícil e desumana condição de vida e trabalho que tinham.

Carvalho (1995), define a condição dos candangos como sendo uma

união em torno de um dever quase sagrado, que merece todo sacrifício, sangue, suor e lágrimas, em troca de um pouco de razão. E, justifica tal afirmativa, como consequência da significação social de uma representação, que a partir do populismo, se utiliza da massificação e do carisma para gerar uma exemplaridade no trabalho devoto que deve ser feito.

Brasília foi inaugurada em 21 de Abril de 1960 sob grandes comemorações, resistências e visibilidade internacional. Com a inauguração, houve a mudança do setor público, legislativo, executivo e judiciário, do Rio de Janeiro para Brasília. Diferentes órgãos, responsáveis pelo abastecimento e organização da cidade foram criados. O cargo de Prefeito de Brasília foi instituído, assumindo como primeiro nomeado o então presidente da NOVACAP: Israel Pinheiro. Da inauguração de Brasília ao golpe de 1964, diversos prefeitos, nomeados e interinos, assumiram o cargo, refletindo a instabilidade política vivida pelo país à época. O cargo de governador do Distrito Federal surgiu apenas no ano de 1969, com a emenda constitucional nº 1, sob o regime militar de Costa e Silva.

Alguns depoimentos de pioneiros exemplificam o que foi viver em Brasília, em seus primórdios, com suas descobertas, trocas e dificuldades. O livro 'Cartas de Brasília' (2010) retrata algumas situações e personagens, que recontam a história da capital. Ney Ururahy, paisagista pioneiro que projetou o paisagismo do antigo aeroporto de Brasília, dos jardins da UnB, do Itamaraty, do anexo da Câmara Federal, entre outros, declara: “Eu achava bonito ver o Lago Paranoá nascendo. Via da minha janela o nível de água subindo a cada dia. Era uma época fantástica, todos eram solidários e havia talentos raros reunidos em um único espaço”. O médico de JK e sua família, Dr. Célio Menecucci desabafa: “JK era uma ótima pessoa, solidária, a vida naquele tempo era muito boa. Todos eram amigos, do porteiro ao motorista, passando pelos engenheiros, os médicos, os professores...”.

Com o governo de Jânio Quadros, a situação pareceu ficar um pouco mais difícil em Brasília, conforme os relatos as obras pararam e os investimentos não continuaram. O belga Simon Pitel, que chegou em Brasília no ano de 1958 e aqui se estabeleceu, formou família, iniciou um comércio de roupas e depois foi sócio em um restaurante, refere-se sobre a situação difícil em Brasília, após o governo JK: “Jânio Quadros ameaçava levar a capital de volta para o Rio de Janeiro, não investia em nada, não construía nada e os negócios pararam”. O depoimento de Maria Maura, que chegou em Brasília aos 10 anos de idade (em outubro de 1960) e que cresceu no Núcleo Bandeirante, reforça as dificuldades e a desconfiança da

população com o governo de Jânio Quadros: “De vez em quando algumas casas eram queimadas para assustar os moradores e fazer com que desistissem de ficar no Núcleo. As pessoas diziam que era coisa do governo”.

Entre histórias de exploração e superação, Brasília foi construída, no meio do Planalto Central. Superando muitas expectativas, explorando o trabalho de tantos outros e projetando o país para o futuro. Em menos de 4 anos a capital estava inaugurada, reflexo do quanto a solidariedade, o sonho e o trabalho movem o povo brasileiro e o projetam para grandes feitos e realizações.

Da Educação e dos Pioneiros

Assim como a história de Brasília, em sua fundação, está ligada à figura do presidente Juscelino Kubitschek, frente a seus esforços e suas ideias para concretizar a capital. Falar da história da educação de Brasília em sua concepção, é indissociável da figura do grande educador Anísio Teixeira, autor do Plano Educacional para a cidade, e defensor das escolas públicas e democráticas.

No ano de 1956, vieram operários de todo o país para iniciar as construções que dariam suporte à Brasília. Muitos vieram com suas famílias para trabalhar e buscar um futuro melhor na capital que estava prestes a nascer. Era preciso, portanto, acolher as famílias que chegavam e oferecer oportunidade de estudos às crianças.

Na região do futuro Distrito Federal havia seis escolas, de ensino particular e oficial, nas cidades de Planaltina e Brazlândia, subordinadas à Secretaria de Educação do Goiás, posteriormente incorporadas à rede oficial de ensino do Distrito Federal. Mas essas escolas localizavam-se tão distantes dos acampamentos dos operários que foi preciso improvisar os espaços educacionais: as primeiras aulas ministradas em Brasília foram embaixo de árvores, pela professora Anahir Pereira Costa; uma sala no pavilhão de administração da NOVACAP serviu como classe para os filhos de funcionários e operários. Amábilis Andrade Gomes e Mauro da Costa Gomes também atuaram como primeiros professores.

A Companhia Urbanizadora da Nova Capital (NOVACAP), em sua instituição, compreendia diversos departamentos encarregados dos trâmites necessários à construção da capital. Entre eles, o Departamento de Educação e Saúde, depois chamado de Departamento de Educação e Difusão Cultural, sob chefia do Diretor Ernesto Silva. Esse Departamento foi o primeiro órgão responsável pela educação do futuro Distrito Federal, desde a formação dos acampamentos da construção de Brasília até a inauguração da cidade.

Ernesto Silva, médico e um dos diretores da NOVACAP, pediu consultoria e ajuda à Anísio Teixeira, na época diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), convidando-o a pensar e orientar a implantação do sistema de ensino público no futuro Distrito Federal. De concepção inovadora e liberal, Anísio escreveu o Plano de Construções Escolares de Brasília, indicando “o competente Paulo de Almeida Campos (funcionário do INEP), que representou à altura a figura do grande educador (Anísio)” (Silva, 1999), para acompanhar de perto e assessorar a implantação do Plano e do sistema de ensino em Brasília.

O plano de construções escolares de Brasília, elaborado por Anísio Teixeira, preconizava que a nova capital fosse exemplo de qualidade e inovação na educação do país, fundamentado nas ideias e tendências da Pedagogia Nova, na defesa do ensino público de qualidade e na formação para a democracia. De acordo com o Plano, o ensino ocorreria em Centros de Educação, o elementar e o médio, “num conjunto de edifícios, com funções diversas e considerável variedade de forma e de objetivos, a fim de atender a necessidades específicas de ensino e educação e, além disto, à necessidade de vida e convívio social.” (Teixeira, 1961)

O Ensino Elementar compreenderia Jardins de Infância, Escolas Classe e Escolas Parque, construídas conforme a distribuição populacional de Brasília e do Distrito Federal. Os jardins de infância atenderiam as crianças de 4 a 6 anos, e as escolas classe e parque os meninos e meninas de 7 a 14 anos. A rotina escolar seria de 8 horas diárias: 4 horas de atividades nas escolas-classe para “aprender a estudar”, e 4 horas de atividades nas escolas-parque com atividades de educação física e social, para “aprender a trabalhar e a conviver” (Teixeira, 1961). Em cada quadra, de 2.500 a 3.000 habitantes, haveria: 1 jardim de infância para atender a 160 crianças, 1 escola-classe para atender a 480 alunos, em dois turnos. A cada quatro quadras: 1 escola parque para atender 2.000 alunos de 4 escolas-classe, em dois turnos.

O complexo de edifícios do Ensino Médio compreenderia:

- △ a “Escola Secundária Compreensiva”, incluindo: cursos de humanidades; cursos técnicos e comerciais, e cursos científicos;

- △ Parque de Educação Média, com quadras para voleibol, basquete, piscina, campo de futebol, etc;
- △ Núcleo cultural, com teatro, exposições, clubes;
- △ Biblioteca e museu;
- △ Administração e Restaurante.

O plano educacional elaborado por Anísio Teixeira foi desenvolvido conforme o planejamento urbanístico de Lúcio Costa, ou seja, previa as construções escolares na região destinada ao Plano Piloto da cidade, composto pela Asa Sul e Asa Norte. Até então, Brasília era prevista para ser uma cidade democrática, em que o zelador e o político morariam na mesma quadra e seus filhos estudariam nos mesmos colégios. Diferente do que veio a ocorrer durante a construção e após a inauguração da capital, com o surgimento e a expansão das cidades-satélites.

De acordo com Silva (1999), o Plano de construções escolares de Brasília foi enviado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da NOVACAP em junho de 1957. Mas o projeto das escolas só foi apresentado pelo mesmo 15 meses após o envio, no final de 1958, o que atrasou o início da construção das escolas. Enquanto isso, a NOVACAP construía o Grupo Escolar nº 1 (GE-1), no bairro da Candangolândia, à princípio em caráter provisório, para dar conta da demanda educacional que crescia na cidade.

No dia 19 de Outubro de 1957, o Grupo Escolar foi inaugurado, posteriormente vindo a ser chamado de escola Júlia Kubitschek. Também projetado por Oscar Niemeyer, a fachada da escola assemelha-se ao Catetinho (a casa provisória do Presidente da República em Brasília), e era composta por: salas de aula, biblioteca, cozinha, refeitório, almoxarifado e espaço coberto para o recreio. A escola funcionava em dois turnos, das 7:30h às 15h e das 9h às 17:30h, e todas as crianças faziam as refeições juntas, às 10h e às 15h.

A seleção, orientação e admissão das professoras para o GE-1, foi elaborada e acompanhada pela técnica em educação Nair Durão Barbosa Prata, a

convite de Ernesto Silva. A designação de professores iniciou-se com as filhas e esposas de funcionários da NOVACAP que tivessem diploma de ensino primário. Posteriormente, foi feita seleção de candidatas do estado do Goiás, mediante apresentação de títulos, entrevistas e provas práticas. Oito professoras foram selecionadas e, conforme Silva (1999), realizaram estágios e cursos em centros de “renomada qualidade educativa”, entre eles a escola parque de Salvador.

É importante ressaltar um fato que ocorreu nos bastidores educacionais na época que antecedeu a inauguração de Brasília e que exemplificam a preocupação, o cuidado e a valorização da educação e de seus profissionais por parte dos responsáveis pela questão do ensino. Na hora de definir o salário das professoras, houve uma discussão entre Ernesto Silva e o então presidente da NOVACAP, Israel Pinheiro. Silva defendeu que a professora primária constitui o núcleo básico da sociedade e representa o esteio da Pátria, pois é ela quem molda a criança na fase mais importante de sua vida. E que, por isso, não poderia ganhar pouco. Ao passo que Israel Pinheiro argumentou que o salário das professoras em Minas Gerais era referente ao de um servente, e acusou Ernesto de “querer subverter a ordem das coisas” (Bubeneck, Willadino & Lima, 1984). Assim, nesse período prevaleceu o desejo do Presidente da NOVACAP Israel Pinheiro com relação ao salário das professoras.

O registro da experiência da escola Júlia Kubitschek é importante porque, além de suprir a demanda educacional da época, foi pioneira em muitas das questões educacionais, demonstrando o que estava previsto e o que poderia vir a ser o sistema de ensino em Brasília.

Os alunos dessa escola recebiam assistência para auxiliar sua permanência e seu bom desempenho escolar, qual seja:

- ✦ assistência econômica, através de facilidades para adquirir vestuário e material escolar;
- ✦ assistência social, com a participação em concentrações escolares, festividades, concursos e mantendo contatos com a família;

- ⤴ e assistência religiosa, através da liberdade de culto, ou para os católicos por serem maioria, na preparação para a primeira comunhão, realizada na escola.

A primeira diretora da escola Júlia Kubitschek foi Santa Alves Soyer, eleita pelas professoras após a experiência de cada uma dirigir a escola por 15 dias. Em 1958, a escola publicou um jornalzinho, organizado pela turma da 3ª série, intitulado “A voz do estudante”, que continha artigos das crianças e divulgava notícias da escola.

Nos anos de 1957 e 1958, muitas famílias migraram para Brasília. Diversas escolas, oficiais e particulares, foram construídas para atender a demanda populacional. No caso das escolas públicas construídas pela NOVACAP, a princípio foram feitas em caráter provisório (devido ao plano educacional previsto), mas posteriormente acabaram sendo incorporadas pela rede oficial de ensino. Merece destaque a Escola de Ensino Industrial de Taguatinga, inaugurada em 1959, mas concebida em 1957 num convênio feito entre a NOVACAP e o Ministério da Educação e Cultura.

Para complementar a educação, promovendo estudos e formação em artes, línguas e música, a NOVACAP instalou, em 1958, a “Biblioteca e Discoteca Visconde de Porto Seguro”, localizada na avenida da W3 Sul do Plano Piloto, em Brasília. A biblioteca contava com um acervo de mais de 3.000 volumes e discos, doados por embaixadas, instituições culturais, ministérios, outras bibliotecas, acervos particulares de intelectuais brasileiros e estrangeiros. O espaço também era utilizado para a realização de diversos cursos, nas áreas de línguas, música e belas-artes. A bibliotecária responsável era Lola Barrenechea, esposa do aclamado artista plástico peruano Felix Alejandro Barrenechea, que também ministrava cursos de belas-artes. A biblioteca foi fechada em 1961 pela prefeitura que assumia a cidade, não se sabe até hoje que destino teve o acervo.

Muitos projetos foram elaborados para Brasília, visando estudos em diferentes áreas e a complementação da formação de seus alunos. Embora alguns desses projetos jamais tivessem saído do papel, tanto por questões burocráticas,

quanto por questões financeiras. Vale mencionar dois projetos muito interessantes, realizados entre os anos de 1958 e 1959, embora jamais executados:

1. o convênio firmado entre o MEC, o Serviço Social Rural e a NOVACAP para a criação, instalação e manutenção de um centro cooperativo de treinamento agrícola para jovens;
2. o plano preliminar para as atividades recreativas em Brasília, organizado pela Divisão de Educação Física do MEC, numa perspectiva de educação para a saúde e o lazer, desenvolvida por especialistas nas áreas.

Conforme Silva (1999), em fins de 1959 a NOVACAP contava com mais de 100 professoras primárias e orientava o ensino de 4.682 crianças, distribuídas em 29 escolas primárias, 3 jardins de infância e 2 escolas do ensino médio, das redes oficial e particular de ensino. As escolas eram situadas nos acampamentos de operários, no plano-piloto e em algumas cidades-satélites, como Candangolândia e Taguatinga. As escolas primárias eram administradas e mantidas pela NOVACAP, as de ensino médio eram particulares e as de alfabetização de adultos eram mantidas pelo Ministério da Educação.

A NOVACAP era então a responsável pelo ensino, mas com o advento da inauguração de Brasília, tornava-se necessário dar autonomia aos departamentos da NOVACAP ou criar novos órgãos públicos para construir, manter, administrar e prestar assistência à educação da cidade. Surgiu, então, a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), no âmbito do Ministério da Educação e Cultura, instituída para diagnosticar a situação educacional na região do futuro Distrito Federal e tomar as providências cabíveis para que o ensino em Brasília pudesse receber a demanda esperada para o ano letivo de 1960, com a transferência da capital.

O decreto nº 47.472, de 22 de dezembro de 1959, instituiu a Comissão de Administração do Sistema Educacional de Brasília (CASEB), definiu os órgãos institucionais, os cargos e recursos que manteriam a instituição. Em 05 de janeiro de 1960, foi publicada a Portaria nº4 - MEC, que trata do regimento, das

atribuições e dos nomes dos membros da CASEB, entre eles: Anísio Teixeira, Armando Hildebrand e Paulo de Almeida Campos.

A primeira ação da CASEB foi promover a seleção nacional de professores para a rede de ensino do Distrito Federal. A inscrição e a seleção realizada foi feita mediante o preenchimento de um formulário, uma prova escrita e entrevista com o candidato, na cidade do Rio de Janeiro. O salário mensal previsto era atrativo para a época, bem maior que o recebido pelas professoras do GE-1, a jornada de trabalho era no mínimo de 6 horas diárias, e era oferecido aos professores selecionados e suas famílias, passagens de avião e ajuda de custo para a instalação em Brasília, com direito a residência de aluguel acessível, tudo previsto nos contratos assinados com a CASEB.

A CASEB elaborou um relatório diagnosticando a situação do ensino e as perspectivas referentes ao planejamento e a construção das escolas. Entre os dias 7 e 10 de janeiro de 1960, a direção executiva da CASEB esteve em Brasília com seus representantes, assessores e especialistas em educação e arquitetura, composta por: Armando Hildebrand, Júlio F. Sambaquy, Paulo de Almeida Campos, Vicente de Paulo Umbelino de Souza, Hélio de Macedo Medeiros, Apparício de Cerqueira Branco, Lydia de Queiroz Sambaquy, Adalberto Correa Sena e Dircio Guilhon de Oliveira, realizaram reuniões e visitas com diretores, responsáveis e técnicos da NOVACAP e do Ministério da Educação, no Grupo de Trabalho de Brasília (GTB).

Esse relatório, composto por cinco partes, analisa o Plano de construções escolares de Anísio Teixeira e sua implantação, realiza um levantamento das escolas em funcionamento e das que estão em construção, analisa a situação do ensino, bem como explicita os espaços de formação complementar de quem vive na cidade, fazendo considerações e recomendações urgentes para serem seguidas, no sentido de que Brasília pudesse receber o contingente de alunos previstos para a cidade após a sua inauguração, em abril de 1960.

Na primeira parte do relatório elaborado pela CASEB é apresentado o plano educacional proposto à cidade por Anísio Teixeira, com as respectivas adequações

aos espaços e ao contingente populacional da cidade. Na segunda parte expõe os dados sobre as escolas provisórias e a construção das escolas de acordo com o Plano, apresentando as concluídas e em andamento. A terceira parte expõe o quantitativo dos alunos por nível e modalidade de ensino, explicitando as possíveis causas de uma defasagem escolar, relaciona as migrações das famílias, ao atraso no início dos estudos e a repetição de série por interrompimento dos estudos. Aproveita ainda dados sobre as instituições culturais em Brasília, complementares na formação dos estudos, tais como a biblioteca pública da Cidade Livre, a biblioteca Visconde de Porto Seguro no Plano Piloto e os cursos oferecidos pela mesma. A quarta parte versa sobre a seleção, a formação e as condições profissionais das professoras que trabalham nas escolas mantidas pela NOVACAP. Por fim, a quinta parte apresenta conclusões do diagnóstico decorrente das visitas e reuniões realizadas, com recomendações urgentes a serem analisadas pela NOVACAP e demais responsáveis, para que o sistema de ensino em Brasília pudesse atender a população escolar esperada para o início do ano letivo na nova capital, a partir de sua inauguração.

Os professores selecionados pela CASEB, de janeiro a março de 1960, na cidade do Rio de Janeiro, chegaram em Brasília no início de abril. Entre os dias 08 e 17 de abril participaram de estágios e treinamentos, na futura capital e no Rio de Janeiro. Em 16 de abril o primeiro centro de educação média de Brasília foi inaugurado: o colégio CASEB, localizado na Asa Sul – Plano Piloto, e ganhou esse nome em homenagem à comissão então responsável pelo ensino.

No dia 19 de abril de 1960, ocorre a aula inaugural do colégio CASEB com um discurso do Presidente Juscelino Kubitschek, que inicia a sua fala afirmando: “Brasília nasce como uma expressão da cultura brasileira e a importância da inauguração desta escola como expressão de “uma plenitude cultural... a guiar-nos para o futuro como povo politicamente organizado”. Explana sobre o histórico educacional da cidade, a partir dos esforços da NOVACAP em construir o Grupo Escolar Júlia Kubitschek, em 1957, refere-se ao plano educacional como exemplo da grandeza de seus ideais inovadores, discorre sobre a constituição da CASEB e as rápidas providências adotadas para que, em 4 meses, o ensino em Brasília

pudesse comportar o contingente educacional previsto para o primeiro ano letivo da cidade. Aborda a questão da Universidade de Brasília, já em âmbito federal, e termina exaltando: “Aos jovens brasileiros, que serão os herdeiros da obra iniciada por esta geração, entrego esta Casa, sabendo que os coloco no caminho certo que os levará ao Brasil de amanhã, admiravelmente engrandecido e perfeitamente emancipado” (Bubeneck, Willadino & Lima, 1984).

Brasília é inaugurada em 21 de abril de 1960, em meio a grandes festividades. Pela manhã deu-se o hasteamento da bandeira nacional, a instalação dos Três Poderes da República e sessão solene no Congresso Nacional. Pela tarde, houve desfiles e apresentações dos operários, de militares, estudantes e atletas. À noite, ecoavam fogos de artifício, show na praça dos três poderes e uma recepção de gala do Presidente da República, no Palácio do Planalto.

Com a transferência da capital do Rio de Janeiro à Brasília, a cidade passou a ter um Prefeito, nomeado pelo Presidente da República. O primeiro Prefeito foi Israel Pinheiro, presidente da NOVACAP durante a construção de Brasília. A Prefeitura de Brasília passou a assumir o comando de todo o novo Distrito Federal, inclusive do ensino. Passou a assinar contrato de professores, anteriormente vinculados à NOVACAP e CASEB.

O ano letivo da nova capital iniciou-se em 16 de maio de 1960, devido à estrutura e aos trâmites necessários para que as escolas estivessem devidamente instaladas e as matrículas ordenadas. No mês de maio, Paulo de Almeida Campos, que tanto trabalhou pela educação em Brasília, pediu demissão de seu cargo na CASEB. Sobre a justificativa da demissão, é possível imaginar que existiram intrigas e dificuldades na realização dos trabalhos educacionais. Assim, em carta destinada a Ernesto Silva, diz textualmente o seguinte: “sei dos seus justíssimos aborrecimentos face às incompreensões e ao egoísmo de alguns” (Silva, 1999), quando se referia aos esforços em realizar os trabalhos voltados à implementação do sistema de ensino e à concretização do plano educacional de Brasília.

Em 17 de junho de 1960 é publicado o Decreto nº 48.297, que institui a Fundação Educacional do Distrito Federal (FEDF) no âmbito da Prefeitura do

Distrito Federal. A finalidade da FEDF era a de “prestar assistência educacional à população da capital da República, nos níveis elementar e médio”, através da cooperação do Ministério da Educação na organização, manutenção e administração do ensino na nova capital. Acontece que ambas as instituições, CASEB e FEDF, continuam a funcionar, gerando dificuldades na definição de responsabilidades sobre o ensino em Brasília, até o final de 1960, quando ocorre a transição do governo para Jânio Quadros.

O primeiro ano letivo da nova capital da República foi marcado por uma série de manifestações e protestos, chegando inclusive, a culminar na primeira greve de professores de Brasília, em setembro de 1960. O que motivou a greve foi principalmente o descumprimento da cláusula contratual que previa alojamentos aos professores que fossem trabalhar em Brasília. *O problema da moradia era, à época, uma das principais questões a afligir não só o professorado, como também a maioria dos trabalhadores que se mudavam para a cidade* (Pereira & Carvalho, 2011). Muitos professores não foram alojados e os que foram atendidos, ficaram em apartamentos pequenos e desconfortáveis, *chamados JK – janela e kitnet*, tendo de ser divididos com outros professores, além de receberem famílias numerosas. A greve foi apoiada pela comunidade e pelos estudantes, mas acabou por desencadear a demissão de dez professores envolvidos. Esses acontecimentos fomentaram a criação das primeiras associações de professores, visando defender seus direitos e suas causas.

O problema com o descaso aos professores e a questão da moradia continuaram durante os anos seguintes, culminando: na ocupação de casas construídas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em mais greves, mais demissões, algumas readmissões e muitas denúncias publicadas no jornal Correio Braziliense. Conforme Carvalho (2010), em sua monografia intitulada “Utopia e educação na cidade capital: a “crise” do sistema de ensino público de Brasília nas páginas do Correio Braziliense (1960-1962)”, há um parágrafo em que analisa o artigo *Causas da crise do ensino do D.F.*, publicado sem autoria pelo Correio Braziliense, em 28 de fevereiro de 1961:

a principal causa dos problemas vividos pelos professores, ligados às demissões e ao problema das moradias, era a diretoria da CASEB a cargo de Armando Hildebrand, que havia sido acusado de praticar uma gestão patrimonial da burocracia, acumulando e distribuindo cargos públicos. Assim, é chamado de forma irônica pelo autor de Armando Hildebrand, o “fac totum”, ou seja, o faz-tudo, que concentra poder e se julga indispensável.

No decorrer dos anos, alguns professores receberam suas casas, conforme estava previsto no contrato assinado com a CASEB, mas muitos continuavam sem moradia. A formação das associações de professores foi de enorme importância porque legitimou a luta pela garantia de seus direitos e os apoiou a denunciarem e a lutarem contra os absurdos que ocorriam, principalmente no caso das prisões de professores devido aos protestos e greves, contando com o apoio de alunos e pela comunidade escolar.

A primeira escola parque de Brasília foi inaugurada em novembro de 1960 - a Escola Parque da 307/308 sul, no Plano Piloto de Brasília. Conforme previa o plano educacional para Brasília, a escola parque deveria atender um conjunto de escolas -classe situadas nas quatro quadras circundantes.

Do traçado de Oscar Niemeyer, o modernismo arquitetônico dos três blocos que compunham a Escola Parque referenciava as propostas pedagógicas inovadoras. A estrutura administrativa era composta pela diretoria, que contava com uma diretora, vice-diretora, assistentes e secretária, bem como coordenadores das diferentes áreas, responsáveis pelo trabalho pedagógico. O planejamento escolar era integrado, passando por todas as instâncias dentro da escola, para que o trabalho realizado tivesse o máximo de produtividade por parte dos envolvidos, inclusive da comunidade. Havia atividades e temas em comum que eram trabalhados em conjunto com as escolas classes. Os professores, que detinham liberdade intelectual para criar, produzir, propor e realizar experiências educativas, reuniam-se semanalmente em equipes com os seus coordenadores de área para trocar experiências e planejar atividades e estudos. A escola mantinha sua base em um tripé, desenvolvendo suas relações entre a formação e competência desejada de seus profissionais, a qualidade do espaço escolar aliada à disponibilização do material de ensino e a participação e intervenção da e na

comunidade. As turmas eram divididas em classes, conforme a idade e as aptidões dos alunos, proporcionando experiências educativas diversificadas, podendo o mesmo escolher duas disciplinas que gostaria de estudar durante o semestre, participando do planejamento à execução das atividades, tendo em vista a formação humana e cidadã de seus alunos.

Em um depoimento, o Professor Armando Hildebrand registra o primeiro dia de aula no pátio da Escola Parque, referindo-se ao *encontro das antigas professoras, com os novos alunos e as novas professoras... os alunos se encontravam, se davam as mãos, se abraçavam, etc. Foi realmente uma cena tocante*. As professoras e os alunos já residentes e estudantes em Brasília desde 1957, braços e rostos de quem fez e viu a educação escolar começar a acontecer na capital, e os recém chegados, em sua maioria filhos de funcionários públicos e políticos transferidos para Brasília, bem como os novos professores que atuariam na rede escolar, após feita a seleção nacional pela CASEB.

Durante o ano de 1960, a Escola Parque da 307/308 Sul atendeu 270 alunos da 4ª série das escolas classes 108 e 308 sul; Em 1961, a população escolar subiu para 1.271 alunos de 1ª a 5ª série das escolas classe da 108 e 308 Sul. Em 1962, a carga horária da escola parque foi reduzida de 4 para 2 horas diárias, com a proposta de abrir uma nova escola classe na 106 sul, sem a necessidade de contratar mais professores. Posteriormente, a escola parque estendeu o seu número de matrículas e novas escolas foram atendidas, extinguindo o ensino integral e alternando nos dias da semana as escolas classe que receberiam, deturpando de vez a proposta de Anísio.

O projeto da Escola Parque é o que mais caracteriza o pensamento de Anísio na elaboração de seu plano educacional para Brasília e é uma das propostas mais interessantes em termos de ensino, porque busca garantir uma educação democrática, humana, complementar e integral, tendo em vista o desenvolvimento de aptidões físicas e sociais, bem como de esportes, músicas, artes e trabalhos manuais, numa perspectiva voltada à formação cidadã, para o trabalho e a vida.

A grande maioria dos alunos que tiveram o privilégio de estudar na Escola Parque da 307/308 Sul pertenciam a classe econômica média-alta, pois, infelizmente, logo que Brasília foi inaugurada, os espaços ocupados nas quadras do plano piloto foram destinados aos funcionários públicos, políticos e afins, fazendo com que os candangos e a população baixa renda, que representava uma parcela insignificante a usufruir da escola parque, ocupassem as cidades às margens do Plano Piloto. O projeto da escola parque era tão bem elaborado, que seu auditório foi durante alguns anos o único da cidade e abrigava as apresentações artísticas e culturais que passavam por Brasília.

Das 28 escolas parque previstas para serem construídas, 5 se concretizaram, já fora da arquitetura, do tempo, do sistema e da pedagogia que norteava sua concepção e razão de existir. A segunda escola parque só foi inaugurada em 1971, mesmo tendo sido reivindicada desde o ano de 1961. As outras vieram a partir dos anos 80.

Ao final de 1960, Brasília contava com dezenas de escolas provisórias e 13 escolas do Plano Educacional, sendo elas: a Escola Parque da 307/308 Sul, as escolas classes da 108, 106, 107, 304, 308 e 206 da Asa Sul, uma escola classe em Taguatinga, os Jardins de Infância da 107, 108, 208 sul e da Praça 21 de abril, e o Elefante Branco, todas, exceto a de Taguatinga, localizadas na Asa Sul no Plano Piloto, zona central e privilegiada da cidade.

Durante o período de 1956 a 1960 a educação em Brasília, conforme previa o plano educacional feito para a cidade por Anísio Teixeira, foi acontecendo e não acontecendo gradativamente, paralelo às construções urgentes e provisórias que a população local necessitava e que eram mais cômodas ou rentáveis, referentes ao ensino.

Mas não foi só o plano educacional que ficou de lado no orçamento e na atenção dos responsáveis pelas questões educacionais e financeiras. Algumas denúncias de corrupção, além de atrasos, indiferenças e não conclusões por parte dos órgãos governamentais e responsáveis por diversos assuntos na cidade,

refletem o descaso e a indiferença com os ideais que nasceram do sonho de Brasília ser exemplo de cidade e de educação para o país e o mundo.

Parte V - Considerações

Considerações Gerais

Espero ter demonstrado com esta monografia a importância de estudos históricos no resgate do passado que constitui nossa identidade com a contemporaneidade e na demonstração da riqueza do plano educacional previsto à Brasília, a princípio por seu grande idealizador Anísio Teixeira, mas que representa o evoluir de um pensamento educacional, fundamentado em uma época de grandes discussões e imensas possibilidades no campo político, social e econômico.

Para compreender a história da educação em Brasília é necessário reportar aos fundamentos que contextualizam os movimentos políticos, educacionais, sociais e econômicos da época. Debruçar-se sobre as fontes existentes ajuda a compreender tanto os contextos que fundamentam as práticas educacionais, quanto o desenrolar histórico dos fatos que caracterizaram a implantação do sistema de ensino em Brasília.

A compreensão do turbulento período político e de transição econômica pelo qual passava o país é fundamental para refletir acerca das prioridades e tendências educacionais que permearam o pensamento, a legislação e o desenrolar histórico das ações educacionais. Assim como pode ser vista a influência política no projeto da 1ª LDB brasileira, em seus 15 anos de discussão, que por sua vez determinou as diretrizes educacionais a serem seguidas em todo o país.

A explicitação das fontes existentes, a partir do projeto “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador” e do livro “Nas Asas de Brasília: Memórias de uma utopia Educativa (1956-1964)” buscam divulgar a existência do acervo e os estudos feitos sobre a história da educação de Brasília, no intuito de fomentar pesquisas que resgatem esse rico histórico educacional, esquecido ou ignorado nesses 51 anos de existência da capital do país.

A experiência escolar de Brasília é rica em apresentar a dicotomia entre o que é pensado para a educação e o que de fato é feito em prol. Lamentavelmente, quase não há estudos sobre os primórdios da educação em Brasília, além do que é desenvolvido pelo grupo de pesquisa “Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um Projeto Inovador”. É por isso que este trabalho se apresenta como uma contribuição à exploração do tema.

Temas como educação integral, formação complementar e democratização do ensino, são amplamente discutidos em nossa sociedade contemporânea. É preciso olhar para o passado e encontrar no registro de nossa história os alicerces e exemplos do que já foi pensado e vivenciado em termos educacionais. Muito se perde ao ignorar o passado, inclusive a possibilidade de descobrir práticas eficazes e de não repetir os mesmos erros.

Fica registrado na história a importância de se debruçar sobre o estudo da história da educação de Brasília, em seus primórdios. Pois, muito tem a contribuir os ideais e planos que fariam da futura capital brasileira exemplo de sistema educacional para o mundo.

Como filha de Brasília e de seu plano piloto, fica também registrado a importância do estudo na construção da minha identidade com a cidade em que nasci. Em meio a seus contrastes e realidades que se contrapõem em um mesmo universo, ao mesmo tempo tão próximo e tão distante.

Mas Brasília não é só o Plano Piloto, o resgate da história da educação escolar do Distrito Federal complementa o estudo do que estava previsto em seu sistema educacional e se contrapõe ao que foi feito, inicialmente, no plano piloto. Elaborar estudos sobre como se implementou e desenvolveu a educação nas diferentes cidades-satélites é de suma importância, entre outros aspectos, para a referência e a valorização da educação que é feita em cada escola do Distrito Federal.

Referências Bibliográficas

ANDREOTTI, Azilde L (s/d). Acervo de fontes de pesquisa para a história da educação brasileira: características e conteúdo. Sem data. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_024.html. Acesso em: 20 de abril de 2011.

ARAÚJO, Marta Maria de (2007). Plasticidade do plano de reconstrução educacional de Anísio Teixeira (1952-1964). Publicado no periódico educativa. Goiânia, v. 10, n. 1, p. 9-27, jan./jun. 2007. Disponível em: <http://revistas.ucg.br/index.php/educativa/article/view/172> Acesso em: 20 de abril de 2011.

BACELLAR, Carlos (2005). Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi, Fontes Históricas, (org). São Paulo: Contexto, 2005.

BELLO, José Luiz de Paiva (2001). Educação no Brasil: a História das rupturas. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <<http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/heb14.htm>>. Acesso em: 28 de março de 2011.

BUBENECK, Celso, WILLADINO, Gino & LIMA, Regina Márcia de Jesus (1984). A Origem do Sistema Educacional de Brasília: Criação da CASEB, 22/12/1959. Brasília: Departamento de Planejamento Educacional, 1984.

CARVALHO, Iracilda Pimentel (1995). Brasília: imagens e representações. In: Contar história, fazer História – História, cultura e memória/ Cléria Botelho da Costa, Nancy Alessio Magalhães (orgs.) – Brasília: Paralelo 15, 1995.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de (2004). Revisitando a historiografia educacional brasileira. In: Educação, memória, história: possibilidades, leituras/ Maria Cristina Menezes (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

CARVALHO, Pedro Mesquita de (2010). Utopia e educação na cidade capital: a “crise” do sistema de ensino público de Brasília nas páginas do Correio

Braziliense (1960-1962). Monografia defendida no Departamento de História da Universidade de Brasília. 2010.

CUNHA, Marcus Vinícius da (1991). A Educação no Período Kubitschek: os Centros de Pesquisas do INEP. Publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, 72(171):175-195, maio/ago. 1991. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/index.php/RBEP/article/viewFile/435/440> Acesso em: 20 de abril de 2011.

DOURADO, Gustavo (s/d). A epopéia da educação no Distrito Federal: de Anísio Teixeira aos dias de hoje: 50 anos de educação no Distrito Federal. Sem data. Disponível em: http://www.dzai.com.br/gustavodourado/blog/gustavodourado?tv_pos_id=47932 Acesso em: 20 de abril de 2011.

FERREIRA, Márcia dos Santos (2001). O centro regional de pesquisas educacionais de São Paulo (1956-1961). Dissertação de mestrado para a Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. 2001. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-29102001-143059/pt-br.php> Acesso em: 20 de abril de 2011.

FERREIRA, Márcia dos Santos (2008). Os centros de pesquisas educacionais do INEP e os estudos em ciências sociais sobre a educação no Brasil. Publicado na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Brasília, v.13 n.38, p. 279-292, maio/ago 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n38/07.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2011.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo (1990). História da Educação. São Paulo, SP: Cortez, 1990.

HILSDORF, Maria Lúcia Spedo & VIDAL, Diana Gonçalves (2004). "O centro de memória da educação (USP): acervo documental e pesquisas em história da educação". In: Educação, memória, história: possibilidades, leituras/ Maria Cristina Menezes (org.). Campinas, SP: Mercado de Letras, 2004.

JUNIOR, Luís Fernando de Lima (2008). Expansão da escolarização básica no Estado de São Paulo (1946-1962). Publicado na revista ciências humanas,

UNITAU. vol. 1 n. 1, 2008. Disponível em <http://www.unitau.br/revistahumanas>
Acesso em: 20 de abril de 2011.

LASSANCE, Adalberto & LOPES, Cleusa Neves da Silva (2003). Brasília: capital do Brasil. Brasília: Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal; Pórfiro, 2003.

LE GOFF, Jacques (1992). História e memória. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1992.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck (2005). A legislação educacional: uma das fontes de estudo para a história da educação brasileira. Disponível em: http://www.cp.utfpr.edu.br/armando/adm/arquivos/pefp/Maria_Elisabeth_Blanck_Miguel_artigo.pdf Acesso em: 28 de março de 2011.

PEIXOTO, Ana Maria Casassanta (2001). “A memória em Minas Gerais: entre o descarte e a preservação”. In: Sociedade Brasileira de História da Educação. Campinas, SP: Autores Associados; São Paulo: SBHE, 2001.

PEREIRA, Aracy Roza Sampaio (2011). “Educação pública em Brasília: arquivos da história”. In: Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956 – 1964). Brasília: Editora UnB, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros & CARVALHO, Pedro Mesquita de (2009). Educação Pública no Distrito Federal: constituição e organização do acervo documental. Brasília – DF: 2009. Acervo da pesquisa Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto inovador, localizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

PEREIRA, Eva Waisros & CARVALHO, Pedro Mesquita de (2011). Fontes de pesquisa para a história da educação de Brasília. Brasília – DF: 2011. Acervo da pesquisa Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto inovador, localizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.

PEREIRA, Eva Waisros & CARVALHO, Pedro Mesquita de (2011). Resistência, contradições e impasses na concretização do plano de Anísio Teixeira. In: Nas asas de Brasília: memórias de uma utopia educativa (1956 – 1964). Brasília: Editora UnB, 2011.

PEREIRA, Eva Waisros & ROCHA, Lucia Maria da Franca (s/d). Escola Parque de Brasília: uma experiência de educação integral. Faz parte do acervo da pesquisa Educação Básica Pública no Distrito Federal (1956-1964): Origens de um projeto inovador, localizado na Faculdade de Educação da Universidade de Brasília, Brasília – DF. Sem data.

SAVIANI, Dermeval (2005). As concepções pedagógicas na história da educação brasileira. Projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, Campinas, 2005. Disponível em: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_036.html Acesso em: 28 de março de 2011.

SILVA, Ernesto (1999). História de Brasília: um sonho, uma esperança, uma realidade. Brasília: Linha Gráfica Editora, 1999.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1959). Centro Educacional Carneiro Ribeiro. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.31, n.73, jan./mar. 1959. p.78-84.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1977). Educação e o mundo moderno. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1977.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1969). Educação no Brasil. São Paulo, SP: Editora Nacional, 1969.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1961). Plano de construções escolares de Brasília. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v.35, n.81, jan./mar. 1961. p.195-199.

TEIXEIRA, Anísio Spínola (1976). Valores proclamados e reais nas instituições escolares brasileiras. In: *Educação no Brasil: Textos Selecionados*. Brasília: MEC Editora, 1976. p.07-27.

TURCATO, Márcia & RIBEIRO, Tânia (2010). *Cartas de Brasília*. Brasília – DF: Athalaia gráfica e editora, 2010.

VIEIRA, Daniela Fonsêca (2005). As mudanças da educação do RN nos idos de 1950 e 1960: a prática de Lia Campos. Dissertação de mestrado para a Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. 2005. Disponível em: <ftp://ftp.ufrn.br/pub/biblioteca/ext/bdtd/DanielaFV.pdf> Acesso em: 20 de abril de 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche & FARIAS, Isabel Maria Sabino de (2007). *Política educacional no Brasil*. Brasília: Liber livro editora, 2007.